



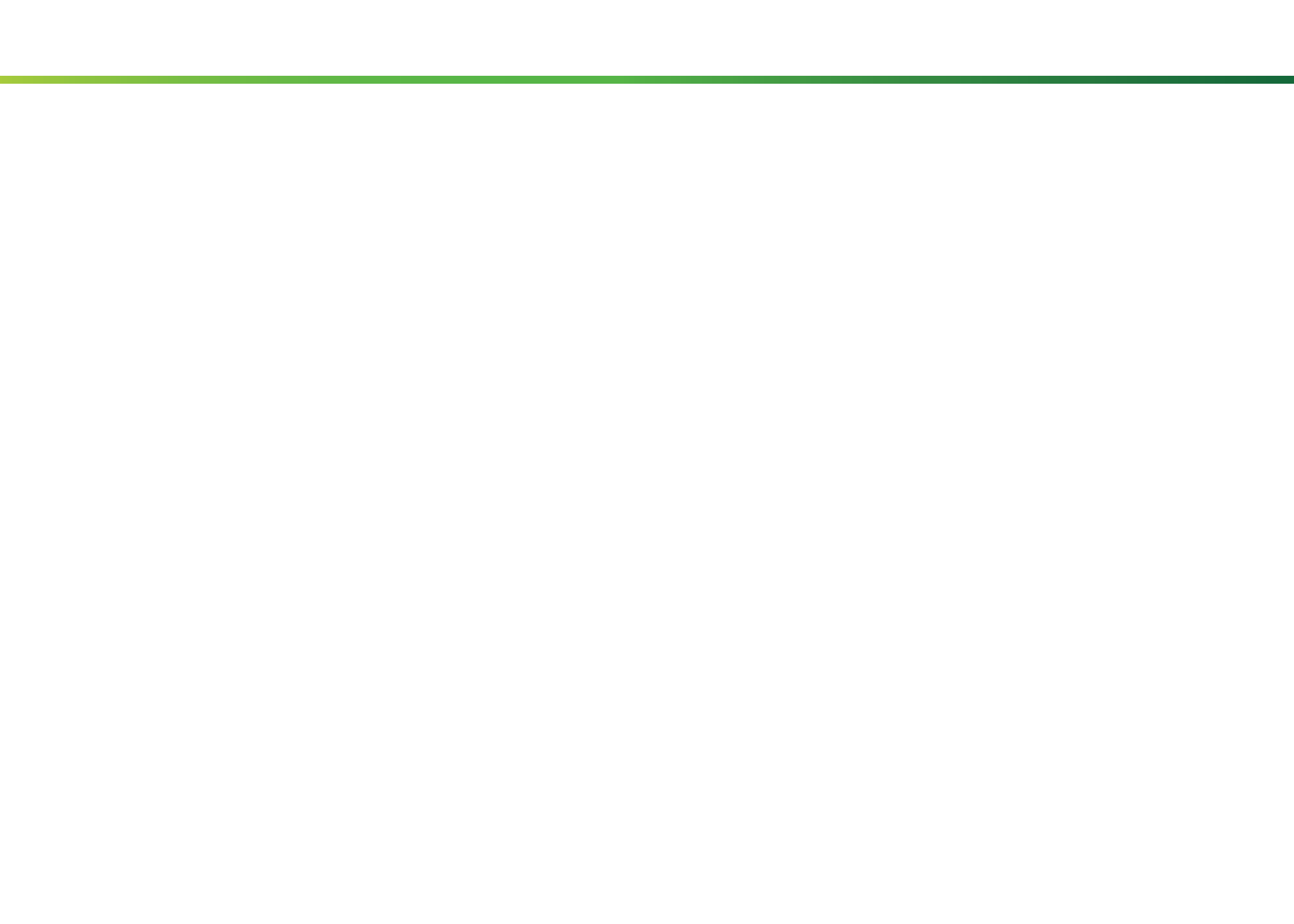
BALANÇO DE GESTÃO

BIÊNIO **2017/2019**



ANADEP

Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos



EXPEDIENTE

CONSELHO DIRETOR

- I Diretor Presidente - Antonio José Maffezoli Leite (SP)
- II Diretora Vice-Presidente - Thaísa Oliveira (PR)
- III Diretor Vice-Presidente Jurídico-Legislativo - João Carlos Gavazza Martins (BA)
- IV Diretor Vice-Presidente Administrativo - Pedro Coelho (ES)
- V Diretora de Relações Internacionais - Adriana Burger (RS)
- VI Diretora da ENADEP - Fernanda Mambrini Rudolfo (SC)
- VII Diretor para Assuntos Legislativos - Flávio Aurélio Wandeck Filho (MG)
- IX Diretor Jurídico - João Batista Viana do Lago Neto (PI)
- X Diretora de Comunicação - Rivana Barreto Ricarte de Oliveira (AC) / Diretora Adjunta de Comunicação - Marta Beatriz Tedesco Zanchi (2017)
- XI Diretor de Eventos - Sérgio Lima (PA)
- XII Diretor 1º Secretário - Arilson Malaquias (PI)
- XIII Diretor 2º Secretário - Fernando Antonio Neres Ferraz (DF)
- XIV Diretor 1º Tesoureiro - David Sérgio da Silva Brito (DF)
- XV Diretor 2º Tesoureiro - Murilo Guazzelli (MA)
- XVI Diretora de Articulação Social - Juliana Bastos Lintz (RJ)
- XVII Diretora dos Aposentados - Edna Miudin Guerreiro (RJ)

COORDENAÇÕES REGIONAIS

NORTE: Neuton Jardim (TO)

NORDESTE: Ermelino Cerqueira (SE)

CENTRO-OESTE: Victor Ulhoa Florêncio de Moraes (GO)

SUL: Juliana Coelho (RS) / Diretor Coordenador da Região Sul - João Joffily Coutinho (até o primeiro semestre de 2018)

SUDESTE : Mariana Andrade Sobral (ES)

CONSELHO CONSULTIVO

- I Bruno José Vigato (AC)
- I Eduardo Cyrino Generoso (MG)
- II Kanthya Miranda (AM) / Andrew Robalinho da Silva Filho (primeiro ano de 2017)
- III João Paulo Carvalho Dias (MT) / Tatiana Mayra Torchia Franco (primeiro ano de 2017)
- IV Ana Carolina Gondim (CE) / Amélia Soares (primeiro ano de 2017)
- V Andréa Sena (RJ) / Maria Carmen Sá (primeiro semestre de 2018)

ESCOLA NACIONAL DAS DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS - ENADEP

DIRETORA: Fernanda Mambrini Rudolfo

CONSELHO FISCAL

TITULARES:

- I Fernando Figueiredo Serejo Mestrinho (AM) / Leonardo Werneck
- II Elcianne Viana de Souza (RO)

SUPLENTES:

- I Zady de Andrade Ramos (RJ)
- II Douglas Admiral Louzada (ES)
- III João Vicente Nunes Leal (MT)

EXPEDIENTE

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Administrativo: Virgínia Maria Motta da Silva

Auxiliar Administrativa: Nathalia Santos

Responsável pelo Financeiro: Ana Amélia Maia

Auxiliar Financeiro: Rodrigo Lopes Matias

Assessora de Comunicação Social (Coordenadora): Karyne Graziane

Assessora de Comunicação Social: Stephanny Guilande

Estagiária de Comunicação Social: Tainá Sousa

EXPEDIENTE DESTA PUBLICAÇÃO

Redação: Karyne Graziane

Edição: Karyne Graziane / Stephanny Guilande / Tainá Sousa

Concepção Gráfica: Bah Comunicação

Fotos e arquivos: ASCOM ANADEP / Arquivo ANADEP



ÍNDICE

- 6** CARTA DO PRESIDENTE
- 10** NOVIDADES NA GESTÃO 2017/2019
- 12** MUDANÇA DE NOME
- 14** MUDANÇA DE ENDEREÇO
- 16** CLUBE DE VANTAGENS
- 17** PROJETO HISTÓRIAS
- 18** RECONHECIMENTO
- 19** PESQUISA FOI DESTAQUE NA IMPRENSA
- 20** SITE COM NOVA IDENTIDADE VISUAL
- 21** ANADEP NO LEGISLATIVO
- 38** ANADEP PARTICIPA DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
- 40** TRABALHO DAS COMISSÕES DA ANADEP
- 42** SESSÕES SOLENES PARA HOMENAGEAR A DEFENSORIA PÚBLICA NO CONGRESSO NACIONAL
- 43** ELEIÇÕES 2018: ANADEP INICIA MOVIMENTO COM PRESIDENCIÁVEIS
- 44** RELAÇÕES INSTITUCIONAIS COM AS DEMAIS CARREIRAS NO SISTEMA DE JUSTIÇA
- 46** EFETIVAÇÃO DA EC 80
- 48** ANADEP LANÇA O PROJETO “ANADEP NOS ESTADOS”
- 49** ENCONTROS REGIONAIS
- 50** ANADEP ATUA PARA CORRETA IMPLANTAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO AMAPÁ
- 52** CAMPANHA NACIONAL 2017 E 2018
- 55** ANADEP IMPULSIONA CAMPANHA PERMANENTE
- 56** CONGRESSO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS
- 57** ATUAÇÃO NO STF E TRIBUNAIS SUPERIORES
- 60** ENADEP
- 62** PRÊMIO INNOVARE
- 64** ANADEP ACOMPANHA TRABALHO DAS DEFENSORAS E DOS DEFENSORES PÚBLICOS QUE ATUAM JUNTO AOS TRIBUNAIS SUPERIORES
- 65** INTERNACIONAL
- 68** DEFENSORIA SEM FRONTEIRAS
- 70** REVISTA JUSTIÇA & CIDADANIA FIRMA PARCERIA COM A ANADEP
- 71** DEFENSORES: SÉRIE DOCUMENTAL É LANÇADA
- 72** ANADEP E O COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA
- 73** ANADEP TOMA POSSE NO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA (CNDI)
- 74** POSSES DE DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS E A EFETIVAÇÃO DA EC 80
- 75** DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO: PLANEJAMENTO E ESTRATÉGIA

Colegas,

O Conselho Diretivo da gestão 2017/2019 tem a honra de apresentar este balanço com as principais ações desenvolvidas nestes dois anos.

De início, cremos que vale destacar que, neste biênio, a ANADEP mudou de nome e de sede! Com pioneirismo dentre as associações representativas das carreiras essenciais ao sistema de Justiça, nossa associação passou a se chamar ***Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos***, visibilizando as defensoras públicas que representam mais da metade da nossa carreira. A mudança da antiga sede – que foi a casa da ANADEP nos últimos 13 anos – propiciou a ocupação de um espaço mais adequado e compatível com o crescimento da entidade e das suas atividades. Basta lembrar que, nestes 13 anos, foram criadas e instaladas as Defensorias Públicas de Goiás, São Paulo, Paraná e Santa Catarina e milhares de novas defensoras e defensores públicos foram empossados.

Os membros dos Conselhos Diretivo, Consultivo e

Fiscal deste biênio integraram a chapa “Resistir para avançar: nenhum direito a menos”. Já se avistava, naquela época, um cenário de intensos e diversos ataques a direitos e garantias, tanto dos servidores públicos, como das pessoas em situações de vulnerabilidades por nós atendidas diariamente.

No campo legislativo, iniciativas como a proposta de reforma da Previdência, regulamentação do teto salarial, redução da maioria penal, novo Código de Processo Penal, aumento de penas, agravamento dos regimes de cumprimento de penas, restrição de garantias processuais, entre tantas, exigiram atenção e esforço permanente desta Diretoria. Ao final da gestão, creio que a resistência funcionou na quase totalidade dos temas.

No campo judiciário, a ANADEP protocolou diversas ações no Supremo Tribunal Federal, se habilitou como amicus curie, bem como protocolou manifestações que buscavam assegurar a autonomia da Defensoria Pública, pleitos da categoria e de grupos em situações de vulnerabilidades.

Nessas duas searas, de fundamental importância para a atuação da Diretoria foi o suporte das Comissões Temáticas da ANADEP, formadas por dezenas de colegas indicadas e indicados pelas Associações Estaduais, que subsidiavam com pareceres, notas técnicas, memoriais e ajudavam a definir as estratégias judicial e legislativa a serem tomadas. Além das comissões da Mulher, Infância, Moradia e Mobilidade Urbana, Criminal, Internacional, Saúde, Pessoa com Deficiência, Consumidor, Família, Pessoa Idosa e Diversidade Sexual. Dentre essas, foram criadas neste biênio as comissões da Pessoa com Deficiência, da Pessoa Idosa e da Igualdade Racial. A todas as colegas e os colegas integrantes dessas Comissões, o reconhecimento e o agradecimento do Conselho Diretivo deste biênio.

A atual Diretoria também atuou fortemente nestes dois anos em apoio às Associações Estaduais, em defesa das garantias constitucionais da Defensoria Pública e dos direitos e prerrogativas dos membros da carreira, tanto no campo legislativo, quanto no judiciário, propondo e/ou apoiando ações perante

os Tribunais Superiores. Além disso, foi lançado o projeto "ANADEP nos estados: pela efetivação da EC 80", pelo qual várias atividades foram desenvolvidas em alguns estados com o apoio de membros do Conselho Diretivo.

As campanhas nacionais anuais também mobilizaram a ANADEP e as Associações Estaduais e permitiram divulgar e fortalecer a atuação das defensoras e defensores públicos através da educação em direitos e da prestação de atendimentos especializados. Como sempre, elas ganharam destaque em meios de comunicação regionais e nacionais.

Além da realização - em parceria com a Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Estado de Santa Catarina / ADPESC - do XIII Congresso Nacional das Defensoras e Defensores Públicos, ocorrido em novembro de 2017, em Florianópolis, que contou com mais de 800 participantes. A ANADEP apoiou também a realização, em 2018, dos Encontros das Defensoras e Defensores Públicos das Regiões Sul, Norte e Sudeste, que reuniram

centenas de colegas e permitiram novos debates, reflexões e conagraçamentos. Paralelo a isso, já se iniciou, junto com a Associação dos Defensores do Estado do Rio de Janeiro - ADPERJ, a organização e realização do XIV CONADEP, que irá ocorrer entre os dias 12 e 15 de novembro, na cidade do Rio de Janeiro.

Outro marco importante desta gestão foi o estabelecimento de um novo plano de benefícios disponível às associadas e associados e aos seus familiares, através do qual é possível obter descontos significativos em livrarias, escolas, concessionárias de veículos e lojas dos mais diferentes produtos.

Na área da comunicação, conseguiu-se a inserção da ANADEP em diversos veículos de mídia, projetando a imagem da entidade e a atuação das defensoras e defensores públicos, paralelo ao incremento da comunicação, tanto interna quanto externa, através de diversas redes sociais. Também foi lançado o projeto “Histórias de Defensor(a)”, pelo qual colegas

narram suas histórias de vida, seus hobbies ou suas atividades fora da Defensoria Pública.

Em várias das atividades aqui relatadas foram fundamentais as parcerias com outras entidades, como associações de membros das carreiras do sistema de Justiça, das carreiras típicas de Estado e organizações não-governamentais ligadas à promoção e defesa dos direitos humanos. Essas parcerias só foram possíveis devido ao reconhecimento do relevante papel que a ANADEP vem desempenhando há anos nas lutas em defesa do serviço público e dos direitos humanos.

A agenda internacional da Associação Nacional também foi bastante intensa. Entre as principais pautas destacam-se Assembleias Gerais, o IX Congresso Internacional do BLODEPM, participação em audiência pública da OEA, sorteio para intercâmbios nos países membros da AIDDEF, agenda do BLODEPM, VIII Congresso da AIDDEF e os 40 anos da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Por fim, é indispensável registrar nosso agradecimento ao quadro de funcionários administrativos da ANADEP - Virgínia, Ana Amélia, Rodrigo, Cida, Nathália - e à nossa assessoria de comunicação - Karyne, Stephany, Tainá e René. Sem eles nada do que foi relatado neste informativo teria sido possível. Importantes parceiros nestas lutas também foram as nossas assessorias parlamentar e jurídica, às quais agradecemos através das pessoas do Enrico e do Ilton.

A história e a grandeza de uma entidade se faz ao longo de anos que, no caso da ANADEP, atingem mais de três décadas em julho de 2019. Os Conselhos Diretivo, Consultivo e Fiscal da gestão 2017/2019 apenas teve a honra de colaborar com essa história neste pequeno espaço de tempo.




Antônio Mafezzoli
Presidente da ANADEP





NOVIDADES NA GESTÃO
2017 / 2019

ANADEP AGORA É



ANADEP

Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos

O dia 6 de junho de 2018 ficou marcado na história da ANADEP. Durante assembleia geral extraordinária, a diretoria e os conselhos deliberaram sobre a mudança do estatuto para contemplar a questão da igualdade de gênero no nome da Entidade que, a partir de agora, será **Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos**. O pleito, que foi defendido pela Comissão Temática dos Direitos da Mulher da ANADEP e pela Coletiva Mulheres Defensoras Públicas do Brasil, foi aprovado por unanimidade pela assembleia. Durante a reunião, representantes da Comissão da Mulher justificaram a necessidade da mudança por meio de parecer para destacar que a Associação Nacional tem como missão também representar e promover a defesa dos direitos individuais e coletivos das associadas e associados.

Já para o presidente da ANADEP, Antonio Maffezoli, a mudança é fundamental e vai ao encontro do trabalho da Defensoria Pública. "É mais que a mudança do nosso estatuto. É a ratificação do compromisso da ANADEP com sua atividade-fim, que é a busca pela garantia dos direitos, e da nossa atuação associativa, dando maior visibilidade às defensoras públicas que integram a Defensoria Pública e a nossa Associação. Queremos, para além da mudança do nome, promover debates e construir projetos sobre a questão da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres. Além do trabalho interno, queremos também fomentar o necessário debate sobre a nossa atuação e, assim, promover políticas públicas na área para as usuárias da nossa Instituição", aponta.

ANADEP AGORA É

A vice-presidente da ANADEP, Thaísa Oliveira, explica que, em nenhuma hipótese, a mudança gera exclusão de representação. Segundo ela, a alteração vai ao encontro de novas ideias e de novos caminhos. "Pelo contrário. Ao se incluir não se exclui. Se as defensoras públicas não estavam se sentindo representadas pela ausência do termo "Defensoras" no nome da entidade de classe que as representa em âmbito nacional, por que não incluir esse termo já que essa atitude não excluiria representação de qualquer outra ordem? Homens e mulheres passariam a sentir contemplados. Ao contemplar as mulheres, não se exclui os homens", pontua.

No sistema de Justiça, a Instituição tem a maior proporção na igualdade de gênero, pois 49% dos cargos são ocupados por mulheres. A ANADEP foi a primeira instituição do sistema de Justiça a adotar a igualdade de gênero no nome.



ANADEP DE **CASA NOVA**

Outro grande feito desta gestão foi a mudança da sede da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos. Em mais de 30 anos de existência, o 13º andar do Edifício Gilberto Salomão abrigou a entidade. Desde fevereiro de 2018, a Associação está funcionando no Setor Bancário Sul, no Edifício Carlton Tower, na área central de Brasília. Com a mudança, a ANADEP está com um espaço físico mais confortável, dinâmico e moderno. A nova sede vem para marcar o momento de consolidação, transformação e grandeza da Associação que representa as defensoras e os defensores públicos estaduais de todo o país.



ANADEP DE CASA NOVA



CLUBE DE VANTAGENS ANADEP **AGORA É**



A partir de agora, o CLUBE DE VANTAGENS ANADEP é MARKET CLUB - o maior e mais completo clube de vantagens do Brasil com mais de 450 marcas e 7 mil lojas.

O novo serviço já está disponível e não tem carência para a utilização dos convênios.

Entre os serviços que são oferecidos na nova plataforma estão uma gama maior de benefícios como, por exemplo, cashback (devolução de dinheiro na conta do associado(a) na compra de passagens) de empresas aéreas, descontos em escolas, creches, automóveis, lojas, academias, restaurantes, entre outros.

O sistema é ainda integrado ao Google Maps, o que permite ao beneficiado procurar por convênios próximos ou ainda programar sua viagem consultando a rede antes mesmo de sair de casa.



agora é

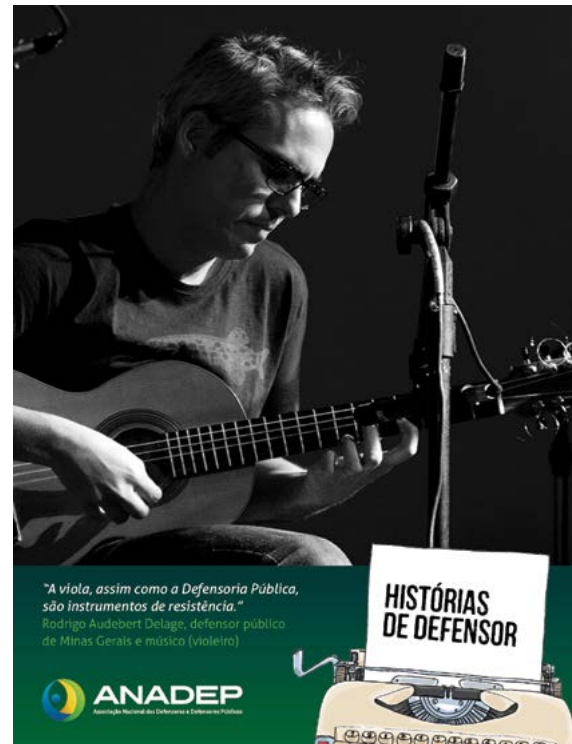


Confira os benefícios:
anadep.temvantagens.com.br

PROJETO *HISTÓRIAS*

Histórias de Defensora/Defensor

No 2º semestre de 2018, a ANADEP lançou o quadro "Histórias de Defensora/Defensor", que tem como objetivo principal apresentar histórias de colegas para além de aspectos práticos da carreira. Através de entrevistas diretas, o projeto valoriza e destaca aspectos da vida pessoal que repercutem na carreira dos(as) defensores(as) públicos(as) associados(as). O projeto quer levantar variados temas, como arte, ativismo, comportamento, cultura, esporte, literatura, entre outros elementos. A ideia é dar voz e protagonismo aos que constroem a história da Defensoria todos os dias. "Histórias de Defensor/Defensora" é toda quinta-feira, a cada 15 dias. A iniciativa terá continuidade em 2019. Ao longo de 2018, o Histórias teve 12 entrevistados(as).



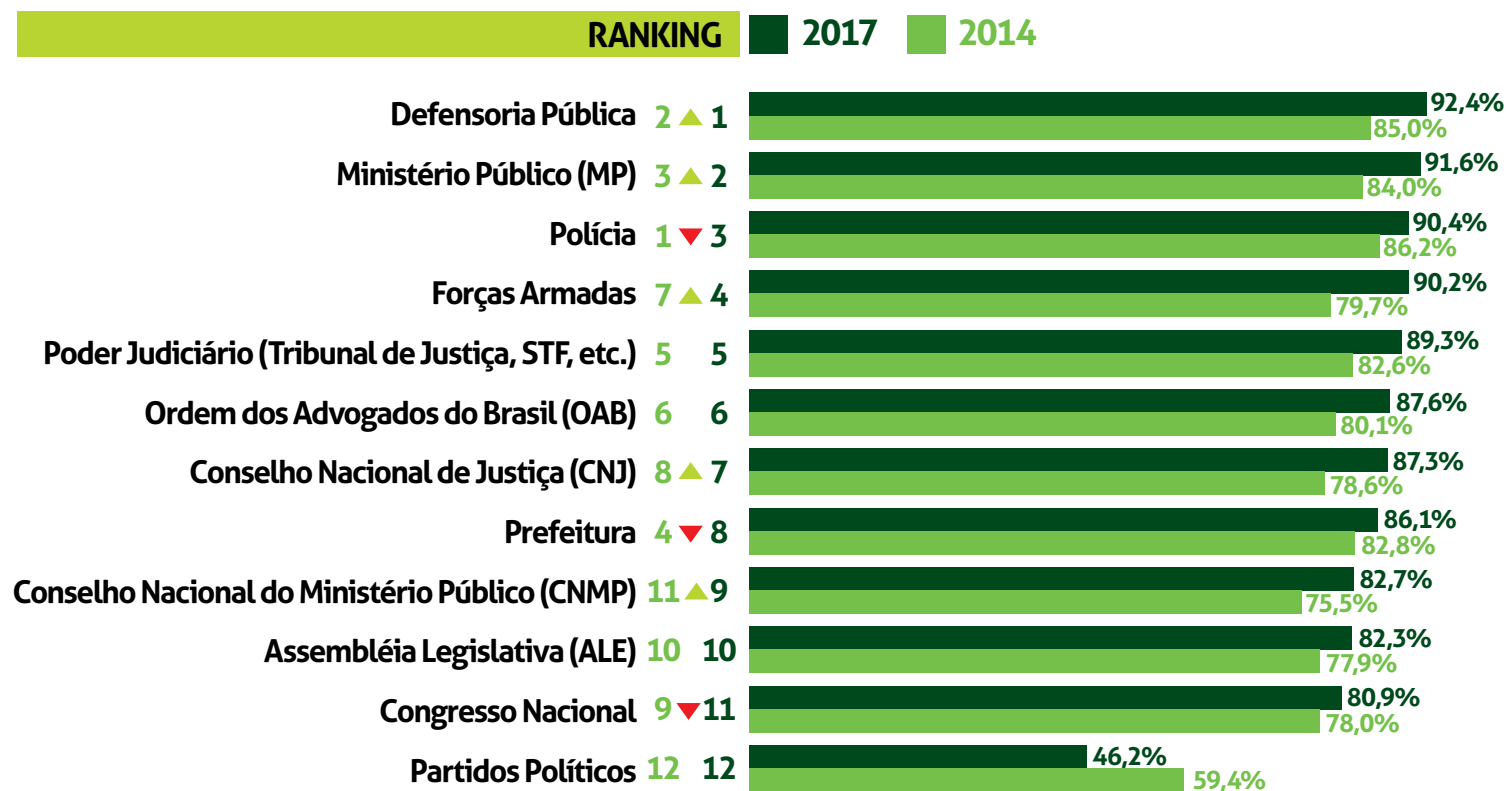
RECONHECIMENTO

Defensoria Pública é apontada como a instituição mais importante para a sociedade brasileira

Em 2017, foi lançada Pesquisa de Satisfação e Imagem do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que aponta a DEFENSORIA PÚBLICA como a instituição mais importante para a sociedade brasileira.

IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES

MUITO IMPORTANTE + IMPORTANTE (2017 x 2014)



Fonte: Relatório da Pesquisa de Satisfação e Imagem do CNMP e do Ministério Público (2017).

PESQUISA FOI DESTAQUE NA IMPRENSA

Sexta, 15 de Setembro de 2017 - 21:40

Pesquisa indica Defensoria Pública como instituição mais importante para brasileiros



Foto: Cláudia Cardozo/ Bahia Notícias

A Defensoria Pública é considerada a instituição mais importante para os brasileiros em uma pesquisa realizada GMR Inteligência & Pesquisa. O estudo revela que 92,4% dos entrevistados a avaliam como "muito importante" ou "importante", o que a coloca na primeira colocação entre todos os órgãos citados. O Ministério Público foi segundo mais mencionado (91,6%), seguido pela Polícia (90,4%). Encaminhada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O levantamento foi divulgado na última quarta-feira (13). Na pesquisa de 2014, a Defensoria ocupava o segundo lugar no ranking entre as instituições consideradas mais importantes para os entrevistados. Em 2017, além da conquista da primeira colocação, ela também foi apontada como a mais relevante na proteção de crianças e adolescentes (38,2% dos entrevistados), superando o Ministério Público (23,6%), o Conselho dos Advogados do Brasil (23,4%) e

Segundo pesquisa, Defensoria Pública é a instituição mais importante para brasileiros

14 de setembro de 2017



A Defensoria Pública é considerada a instituição mais importante para os brasileiros. Pesquisa realizada pela GMR Inteligência & Pesquisa revela que 92,4% dos entrevistados a avaliam como "muito importante" ou "importante", o que a posiciona na primeira colocação entre todos os órgãos citados. O Ministério Público foi o segundo mais mencionado (91,6%), seguido pela Polícia (90,4%). Encaminhada pelo Conselho Nacional do Ministério Público

LEVANTAMENTO

Defensoria Pública é a instituição mais importante do país, diz pesquisa

17/09/2017 às 09:00

Pesquisa concluiu que instituição é mais importante do Brasil na garantia de direitos fundamentais de crianças e jovens

SÃO PAULO - A Defensoria Pública, embora tenha pouco tempo de existência, já é considerada a instituição mais importante do Brasil na garantia de direitos fundamentais de crianças e jovens. É o que mostra levantamento recém-concluído pela GMR Inteligência e Pesquisa, encomendado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). A pesquisa foi realizada entre 9 de março e 29 de maio e ouviu 5.035 pessoas de todo o país, de todas as classes sociais e idades, e tem nível de confiança de 95%, segundo a GMR.

Conforme o levantamento, a Defensoria está à frente, por exemplo, do Ministério Público, da Polícia e das Forças Armadas. Para quase 50% dos entrevistados, a Defensoria é muito importante, enquanto 43% a consideram importante. Além disso, ela é avaliada como a mais relevante na proteção de crianças e jovens.

Em relação à confiança nas instituições, novamente a Defensoria se destaca, só ficando atrás das Forças Armadas. A pesquisa compara os dados de 2017 com os de 2014, quando foi realizada pesquisa semelhante. Em todos os quesitos avaliados, a Defensoria melhorou sua posição no ranking das instituições. É o caso, por exemplo, do conhecimento da população no trabalho da Defensoria, que passou de 7º lugar, em 2014, para 5º na pesquisa deste ano. E na importância, que saltou de segundo para primeiro lugar.

DEFENSORIA PÚBLICA

Notícia da edição impressa de 18/09/2017. Alterada em 17/09 às 19h45min

Levantamento destaca importância da Defensoria Pública no País

Embora tenha pouco tempo de existência, a Defensoria Pública já é considerada a instituição mais importante do Brasil na garantia de direitos fundamentais de crianças e jovens. É o que mostra levantamento recém-concluído pela GMR Inteligência e Pesquisa, encomendado pelo Conselho Nacional do Ministério Público. A pesquisa foi realizada entre 9 de março e 29 de maio e ouviu 5.035 pessoas de todas as classes sociais e idades, e tem nível de confiança de 95%, segundo a GMR.

Conforme o levantamento, a Defensoria está à frente, por exemplo, do Ministério Público, da Polícia e das Forças Armadas. Para quase 50% dos entrevistados, a Defensoria é muito importante, enquanto 43% a consideram importante. Além disso, ela é avaliada como a mais relevante na proteção de crianças e jovens.

Em relação à confiança nas instituições, novamente a Defensoria se destaca, só ficando atrás das Forças Armadas. A pesquisa compara os dados de 2017 com os de 2014, quando foi realizada pesquisa semelhante. Em todos os quesitos avaliados, a Defensoria melhorou sua posição no ranking das instituições. É o caso, por exemplo, do conhecimento da população no trabalho da Defensoria, que passou de sétimo lugar, em 2014, para quinto na pesquisa deste ano. E na importância, que saltou de segundo para primeiro lugar.

SITE COM **NOVA IDENTIDADE VISUAL**

O site da ANADEP está de cara nova! O portal está totalmente renovado: mais dinâmico e moderno. Uma aposta na agilidade e na qualidade dos conteúdos buscados. Agora, o site tem o formato responsivo, ou seja, todas as telas serão adaptadas para o formato do seu smartphone ou tablet.

Na página inicial é possível ter acesso à nova área restrita e ao clube de vantagens. Já a biblioteca está totalmente repaginada e dividida por seções, onde é possível acessar artigos, publicações, cartilhas, livros de teses e de práticas dos CONADEPs, balanços de gestão, livros e relatórios, monografias e dissertações, legislação, banco de práticas exitosas e teses, diagnósticos da Defensoria Pública no Brasil, Mapa da Defensoria, Defensoria Pública e STF e livros.

As Comissões temáticas da ANADEP também ganharam um espaço especial, onde será possível acompanhar todo o trabalho legislativo e notas técnicas.

Acesse e fique por dentro: www.anadep.org.br

The screenshot displays the ANADEP website interface. At the top, the ANADEP logo is on the left, and navigation links for 'INSTITUCIONAL', 'ASSOCIAÇÕES E DEFENSORIAS', 'BIBLIOTECA', 'COMUNICAÇÃO', and 'EVENTOS' are on the right. A search bar is also present. Below the header is a green banner with the text 'DEFENSORA E DEFENSOR PÚBLICO. GARANTIR O SEU DIREITO É NOSSO MAIOR FEITO.' and a 'DEFENSORIA SIM!' logo. A row of images shows various people. Below this are three buttons: 'ÁREA RESTRITA', 'CLUBE DE VANTAGENS', and 'FALE CONOSCO'. The main content area is titled 'DESTAQUES' and features a grid of articles and images. The first article shows a group photo with the headline 'ANADEP elege nova diretoria para biênio 2019/2021'. Other articles include 'Confiar a entrevista com o presidente', 'AGENDA' with a date '13 de fevereiro, às 10h, em Brasília-DF', 'ONDE EXISTEM PESSOAS, NÓS ENXERGAMOS cidadãos', 'Comissões TEMÁTICAS', 'NOTAS TÉCNICAS', 'ANADEP EXPRESS', and 'HISTÓRIAS DE DEFENSOR (A)'. At the bottom, there are two more articles: 'PI: DEFENSORIA CONSEGUE LIMINAR DANDO PRIORIDADE ESPECIAL À CRIAÇÃO DE QUATRO MESES PORTADORA DE CARDIOPATIA CONGÊNITA E BAIXA IMUNIDADE' and 'GO: DPE GARANTE UTI NEONATAL À RECÉM-NASCIDA COM DOENÇA GRAVE'.

ANADEP NO LEGISLATIVO

Durante os últimos dois anos, a ANADEP e as Associações Estaduais mantiveram-se mobilizadas no Congresso Nacional para acompanhar a tramitação de projetos de interesse da categoria. O grupo dialogou semanalmente com deputados e senadores de diversos estados e partidos. Foram inúmeras convocações para atividades legislativas e assembleias gerais para definir as estratégias de atuação. A Associação também se reuniu diversas vezes com a assessoria parlamentar para traçar as estratégias das atividades e trabalhar para que as denominadas "pautas-bombas" não atingissem a Instituição e afetassem a garantia de acesso à Justiça para as pessoas em situações de vulnerabilidades. Um dos principais focos da Associação sempre é buscar tratamento isonômico para as defensoras e os defensores em relação às demais carreiras do sistema de Justiça.



REFORMA DA **PREVIDÊNCIA** (PEC 287/2016)

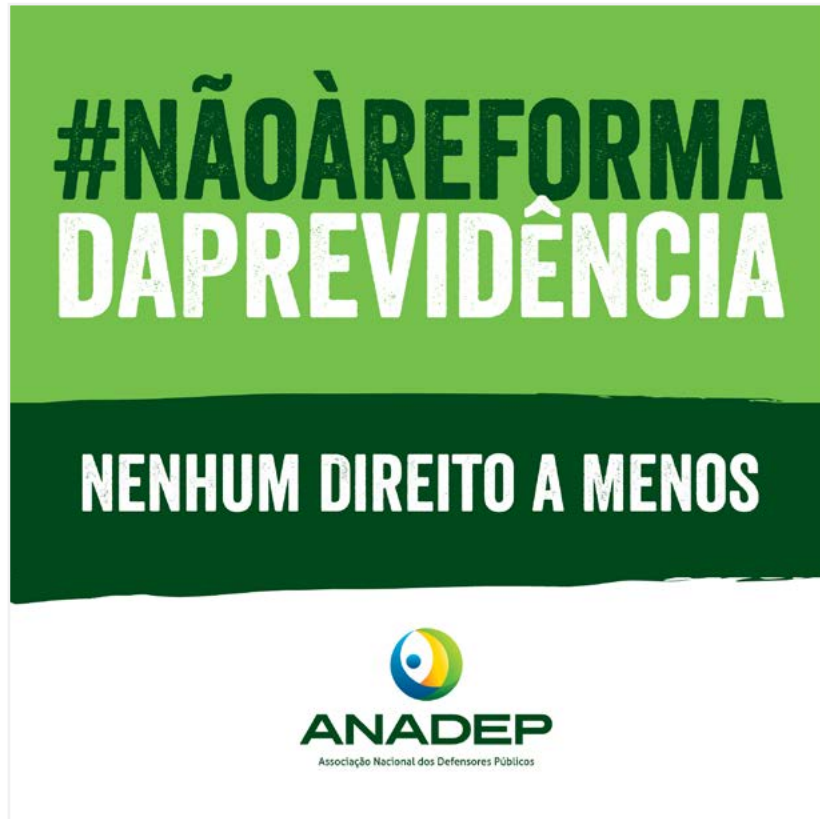
Enviada em 2016 pelo governo do presidente Michel Temer, a Reforma da Previdência foi aprovada em uma comissão especial da Câmara, em maio de 2017, mas não avançou desde então por falta de consenso entre os partidos. Sua tramitação foi paralisada em fevereiro de 2018 por causa do anúncio da intervenção federal na segurança pública no Rio de Janeiro. Isto porque a Constituição determina que, na vigência de intervenção federal, não poderá haver apreciação de emendas constitucionais.

A matéria foi recebida por uma parcela da sociedade brasileira, sindicatos e diversos outros setores com grande apreensão, pois a proposta pretende ser a maior mudança na Previdência desde a Constituição de 1988. Com isto, o projeto é uma das prioridades da diretoria desde que foi protocolada na Casa. A ANADEP e as Associações Estaduais estiveram mobilizadas e intensificaram o trabalho de corpo a corpo com os parlamentares. O grupo produziu notas técnicas, participou de audiências públicas sobre o tema e iniciou um movimento nas redes sociais com o slogan #NãoàReformadaPrevidência – nenhum direito a menos. Houve também mídia produzidas pelo Fórum Nacional

Permanente de Carreiras Típicas de Estado (FONACATE), que a ANADEP é afiliada, e foram exibidas na GloboNews.

A ANADEP apresentou três emendas ao texto original da PEC. Atuou junto ao FONACATE e FRENTAS (Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público).

Nesse período, as defensoras e os defensores reuniram-se com os deputados para falar sobre o risco de a PEC ser aprovada sem o devido debate. Dialogaram diretamente com os deputados Carlos Marun (PMDB-MS) e Arthur Maia (PPS-BA), presidente e relator, respectivamente, da Comissão Especial. Em ambos os encontros, os membros da diretoria da Associação Nacional defenderam as emendas apresentadas pela entidade ao texto original da PEC e cobraram tratamento isonômico entre as carreiras do sistema de Justiça - Defensoria Pública, Magistratura e Ministério Público -, inclusive no âmbito da PEC 287/2016, sobretudo após a entrada em vigor da EC 80/14.



Entre os pontos que a Associação Nacional e as Associações Estaduais têm apresentado aos deputados estão: a falta de regra de transição para os servidores públicos que ingressaram no funcionalismo público antes de 2003; a falta de unicidade nas regras de transição para o atingimento da idade mínima por servidores e trabalhadores da iniciativa privada; e a manutenção da regra atual de cálculo da média da aposentadoria para os posteriores a 2003.

Para ser aprovada na Casa, a Reforma precisa de, no mínimo, 308 votos. O presidente eleito, Jair Bolsonaro, e sua equipe econômica, contudo, já preparam uma nova proposta que deve ser apresentada neste começo de ano.

ATIVIDADES *LEGISLATIVAS*

PEC DA PREVIDÊNCIA



EXTRATETO (PL 6726/2016)

Outro foco das atividades legislativas foi o acompanhamento do PL 6726/2016 (Extrateto). A Comissão Especial para analisar o extrateto foi formada em setembro de 2017.

A ANADEP elaborou nota técnica que destrincha os principais pontos defendidos pela Entidade. Além disto, o grupo visitou diversos gabinetes para discutir o projeto. Já as Associações Estaduais atuaram também em suas bases, contactando as principais lideranças partidárias para debater o tema.

Em novembro de 2017, o presidente da ANADEP, Antonio Maffezoli, participou de audiência pública promovida pela Comissão Especial destinada a analisar o PL.

O debate foi solicitado pelo relator da matéria no

colegiado, deputado Rubens Bueno (PPS-PR). Maffezoli fez um panorama sobre a Defensoria Pública no Brasil e pontuou que há defensoras e defensores que atuam em mais de uma unidade jurisdicional substituindo profissionais que saem de férias, de licença maternidade e outros. Hoje, a Instituição conta com um pouco mais de 6.013 defensoras e defensores em todo o país. De um total de 2.770 comarcas, a Defensoria só está presente em 40% delas. "Gostaria de destacar alguns pontos específicos deste projeto que dizem respeito diretamente à execução do trabalho da Defensoria Pública. Pontos que, se mantidos como vieram do Senado, vão prejudicar enormemente a prestação dos nossos serviços, como a previsão de gratificações por cumulação, substituição e a realização de plantões em finais de semana e em períodos noturnos sejam colocadas dentro de teto", ressaltou.

EXTRATETO (PL 6726/2016)

Sobre o texto:

No momento, o PL aguarda a votação do parecer do relator da matéria, deputado Rubens Bueno (PPS-PR).

O parecer do relator admite que algumas categorias, hoje, recebam valor acima do total por incorporarem aos salários gratificações e outras verbas especiais. Muitas delas serão mantidas. Bueno listou 24 verbas que não seriam consideradas para o teto, incluindo 13º salário, adicional de férias e auxílio-funeral, além de indenização de despesas relacionadas aos mandatos eletivos, aviso prévio e auxílio-alimentação. Também ficariam de fora do teto a indenização de transporte para quem usa carro próprio no trabalho e a ajuda de custo para o militar que se aposenta. Sobre o auxílio-moradia também haverá limites específicos.

Nenhum dos pontos defendidos pela Associação Nacional foi acolhido pelo relator, no entanto, a diretoria da ANADEP reforça que continuará o trabalho legislativo, uma vez que o cenário dentro da comissão

especial ainda é indefinido. Na comissão não são permitidas emendas, apenas em plenário. A única coisa permitida a partir de agora são destaques supressivos. Já foram apresentados alguns, tentando retirar limites que o relator impôs a pagamentos de algumas verbas, como auxílio alimentação, saúde, indenização de férias e licenças. A ANADEP já está construindo as emendas para englobar a gratificação por cumulação, substituição e plantões fora do teto, além da indenização integral de férias e licenças indeferidas.

Conforme Rubens Bueno, a estimativa de economia anual com a aprovação do substitutivo de sua autoria será de R\$ 2,3 bilhões. O teto remuneratório do serviço público corresponde ao subsídio pago a um ministro do STF, que era de R\$ 33.763 e passou para R\$ 39.200, após ser sancionado o reajuste, em novembro de 2018, pelo presidente Michel Temer.

ATIVIDADES *LEGISLATIVAS*

EXTRATETO



NOVO CÓDIGO DE **PROCESSO PENAL** (PL 8045/10)

O Novo Código de Processo Penal (PL 8045/10) também teve atenção especial da ANADEP e das Associações Estaduais, que acompanharam o PL na Comissão Especial destinada a analisar o projeto. A Comissão Temática sobre Política Penal e Penitenciária da ANADEP também elaborou relatório que foi entregue ao Colegiado. O documento foca na atuação da Defensoria Pública, nas prerrogativas das defensoras e dos defensores públicos e na isonomia entre as carreiras do sistema de Justiça. Entre outros pontos que foram observados pela ANADEP estão a audiência de custódia e prisão em 2ª instância.

O texto do PL 8045/10 substituirá o Decreto-Lei 3.689/41, em vigor desde outubro de 1941. Ele contém um conjunto de regras e princípios destinados à organização da Justiça penal e aplicação dos preceitos contidos no Direito Penal e na Lei das Contravenções Penais nos julgamentos de crimes. O projeto chegou à Câmara dos Deputados em 2010.

No momento, o PL está aguardando apreciação na comissão especial do parecer do deputado João Campos (PRB/GO). Na segunda quinzena de abril, o relator já havia apresentado uma versão preliminar do CPP. Segundo ele, o texto serviria para nortear os próximos debates da comissão. A proposta inicial do relator se baseia em texto já aprovado pelos senadores a partir de contribuições de uma comissão de juristas (PL 8045/10 e outros 252 projetos apensados).

Na Câmara, a comissão especial que analisa o tema funciona desde 2016 e contou com cinco sub-relatores, deputados: Paulo Teixeira (PT-SP), Pompeu de Mattos (PDT-RS), Rubens Pereira Júnior (PCdoB-MA), Keiko Ota (PSB-SP) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

ATIVIDADES *LEGISLATIVAS*

CPP



NOVO CÓDIGO PENAL (PLS 236/2012)

Desde a tramitação do Novo Código Penal Brasileiro, defensoras e defensores públicos têm acompanhado as audiências públicas e sugerido alterações no texto original. A Comissão de Política Criminal da ANADEP produziu notas técnicas sobre o tema e manteve encontros do grupo para traçar estratégias e linhas de atuação. O PLS 236/2012 tramita no Senado Federal desde julho de 2012. O relator da matéria é o senador Antonio Anastasia (PSDB/MG). No momento, o projeto aguarda parecer do relator.



PROJETO QUE ALTERA A **LEP**

A ANADEP apresentou emenda ao PLS 513/2013, que tramita no Senado. A iniciativa, que altera a Lei de Execução Penal, tem por objetivo, entre outros, determinar a realização de mutirões em presídios com lotação máxima e, em último caso, antecipar a liberação de presos quando haja superlotação ou ausência de vagas.

A ANADEP sugeriu ao relator da matéria, senador Jader Barbalho (PMDB-PA), a mudança na redação do projeto para destacar que a prestação de assistência jurídica realizada pelo Estado é incumbência exclusiva da Defensoria Pública. Em documento enviado ao senador, a Associação explicou que a Instituição pode até realizar convênio para desempenhar tal função, mas que isto não pode ser uma imposição, conforme decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Jader Barbalho acatou a emenda da ANADEP.

A matéria foi aprovada no plenário do Senado. Agora, a matéria tramita na Câmara dos deputados sob o número PL 9054/2017 e aguarda instalação da Comissão Especial.



PL: 3589/2015 - Proporção mínima de um(a) defensor(a) público(a) para cada 350 apenados

Em tramitação na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 3589/2015, de autoria do deputado Alberto Fraga (DEM/DF), quer fixar a proporção mínima de um(a) defensor(a) público(a) para cada 350 apenados. O objetivo é garantir a assistência jurídica integral e gratuita ao preso dentro do presídio. A Associação Nacional acompanha a tramitação da matéria, sugerindo alterações e apresentando notas técnicas. A ideia também é destacar a importância de orçamento digno e da autonomia administrativa e financeira da Instituição para a realização de concursos para defensora e defensor público. O projeto está aguardando designação de relator.

REDUÇÃO DA **MAIORIDADE PENAL**

Em 2017, a redução da maioridade penal (PEC 33/2012) voltou à pauta da Comissão de Constituição e Justiça do Senado. A PEC altera a Constituição para reduzir a maioridade penal para 16 anos em determinadas circunstâncias, por meio de incidente de desconsideração da imputabilidade penal (IDIP) a ser proposto pelo Ministério Público e abre a possibilidade de o adolescente responder à Justiça como adulto pela prática de crimes graves. O relator da PEC é o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), favorável à mudança.

Ao longo do ano, a ANADEP trabalhou a matéria de forma articulada com o mote #NãoàRedução, apresentando dados sobre o risco de aprovação da proposta. Entre as principais linhas de estratégia destacam-se: diálogo com os senadores, notas técnicas elaboradas pela Comissão Temática da Infância e Juventude sobre o tema, rodas de conversa e participação em todas as audiências públicas no Congresso Nacional sobre a redução. Além disso, a Associação Nacional tem atuado de forma conjunta e estratégica ao lado de outras entidades da sociedade civil, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Fundação Abrinq, a Rede Justiça Criminal, Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), entre outras.

Para a ANADEP, a redução da maioridade penal viola cláusula pétrea contida no artigo 228 da Constituição Federal, que diz "são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial."

A flexibilização da maioridade penal é também uma das pautas prioritárias do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), que visa a votar bandeiras conservadoras no Congresso Nacional. Dessa forma, a PEC 33 será uma das prioridades na próxima legislatura.

ATIVIDADES *LEGISLATIVAS*

Redução da Maioridade Penal

#NãoàRedução



#NãoàRedução

A REDUÇÃO DA
MAIORIDADE PENAL
VAI DIMINUIR
OS ÍNDICES DE
CRIMINALIDADE

MITO



#NãoàRedução

REDUZIR A
MAIORIDADE PENAL É
INCONSTITUCIONAL

AUMENTO DO TEMPO DE **INTERNAÇÃO** DE **ADOLESCENTES** NO SISTEMA **SOCIOEDUCATIVO** (PL 7197/2002)



Na Câmara dos Deputados, a Comissão da Infância e Juventude da ANADEP trabalhou também o PL 7197/2002, que busca endurecer a pena para adolescentes em conflito com a lei e revê medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), entre elas, o aumento do tempo de internação. O documento "As cinco medidas em defesa de direitos e garantias do adolescente em conflito com a lei" foi entregue aos deputados Aliel Machado (Rede/PR) e Pompeo de Mattos (PDT/RS), relator e presidente, respectivamente, da comissão especial destinada a analisar o PL 7197/2002.



REVISTA VEXATÓRIA NAS UNIDADES DE **INTERNAÇÃO** (PL 3832/2015)

Após intensa articulação da Comissão da Infância e Juventude da ANADEP, o PL 3832/2015, que dispõe sobre a revista pessoal nas unidades de internação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), foi aprovado, em outubro de 2018, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados. A matéria tem origem no PLS 451/2015, do senador Eduardo Amorim (PSC/SE). De acordo com o texto, a revista será feita com uso de equipamentos eletrônicos, como detectores de metais e aparelhos de raios X. Ficam ainda proibidas práticas degradantes, como desnudamento e introdução de objetos na pessoa. O PL 3832/2015 está apenas aguardando inclusão na Ordem do Dia.



DEFENSORIA PÚBLICA ENTRE OS ÓRGÃOS AUTORIZADOS A PROPOR REPRESENTAÇÃO PARA APURAR IRREGULARIDADES EM ENTIDADE GOVERNAMENTAL OU NÃO-GOVERNAMENTAL DE **ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES** (PL 4769/2016)



Outra pauta relacionada à proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes também foi foco do trabalho legislativo da Comissão da Infância e Juventude da ANADEP. Estrategicamente, o coordenador Bruno Moura reuniu-se com o deputado Rodrigo Pacheco (PMDB/MG), presidente, na época, da Comissão de Constituição e Justiça, para falar sobre o PL 4769/2016. De autoria do deputado Laudívio Carvalho (SD-MG), o projeto inclui a Defensoria Pública entre os órgãos autorizados a propor representação para apurar irregularidades em entidade governamental ou não-governamental de atendimento a crianças e adolescentes. Atualmente, o ECA permite que a representação seja feita apenas pelo Ministério Público e pelo Conselho Tutelar. A matéria tramita na CCJ e o relator do projeto é o deputado Rubens Bueno (PPS/PR).

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA DE **ADOLESCENTES** EM **CONFLITO** COM A LEI (PL 7908/2017)

A Comissão da Infância e Juventude da ANADEP reuniu-se com o deputado subtenente Gonzaga (PDT-MG), relator, na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, do PL 7908/2017, que dispõe sobre a audiência de custódia de adolescentes em conflito com a lei. O grupo entregou nota técnica ao parlamentar, apresentando argumentos favoráveis à aprovação do PL, ressaltando que audiência de custódia já é uma realidade no procedimento penal desde a resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e, diante disso, é necessária que haja uma extensão aos adolescentes em conflito com a lei. O deputado se comprometeu a analisar os argumentos da Comissão e discutir junto aos seus pares um relatório que atenda a todos os interesses.



ANADEP PARTICIPA DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Dentro da atuação legislativa, a diretoria da ANADEP deu continuidade ao acompanhamento no Congresso Nacional de temas relacionados à atuação das defensoras e defensores públicos. Durante dois anos, o grupo apresentou projetos e notas técnicas sobre matérias ligadas à cidadania, proteção dos direitos humanos e o acesso à Justiça. A pauta técnica é uma ferramenta eficaz para dialogar com parlamentares sobre o papel da Defensoria Pública para pessoas em situações de vulnerabilidades. Através da iniciativa, a ANADEP estreitou relações com diversas entidades para trabalharem juntas, como a Fundação Abrinq e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Neste período, a ANADEP foi convidada diversas vezes para participar de audiências públicas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal para tratar de assuntos de interesse da Defensoria Pública e de seus usuários, a fim de evitar retrocessos na legislação. Durante as audiências, defensoras e defensores públicos especializados em diversas áreas representaram a Associação Nacional.

Entre as pautas de destaque estão redução da maioria penal, audiência de custódia, direitos das crianças e dos adolescentes, direitos humanos, área penal, campanha nacional, encarceramento em massa, aniversário do ECA e outros.



ANADEP PARTICIPA DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS



TRABALHO DAS **COMISSÕES DA ANADEP**

As comissões visam a auxiliar a atuação das defensoras e defensores públicos, a Diretoria da ANADEP e demais instituições que militam na área. Os grupos atuam, em parceria com a Associação Nacional, na construção de políticas públicas, nas pautas jurídicas e na atuação legislativa, confeccionando notas técnicas e participando de audiências públicas. Nesse sentido, as Comissões Temáticas da ANADEP - criadas na gestão 2013/2015 - são de fundamental importância.

Os grupos têm também papel fundamental na construção da Campanha Nacional da ANADEP, orientando sobre a linguagem e a identidade visual mais adequada ao tema. Atua, ainda, na promoção e divulgação da educação em direitos.

São elas: política penal e penitenciária; internacional; mobilidade urbana, moradia e questões fundiárias; saúde; infância e juventude; diversidade sexual; direitos do consumidor; direitos das famílias; direitos da mulher; direitos da pessoa com deficiência; igualdade e diversidade racial; e direitos da pessoa idosa.

Nesta gestão, algumas comissões foram reativadas e retomaram os trabalhos. São elas: direitos do consumidor; direitos das famílias; direitos da mulher; e direitos da pessoa idosa.

Outros grupos temáticos também foram criados, entre os eixos trabalhados estão: política penal e penitenciária; internacional; direitos da pessoa com deficiência; e igualdade étnico-racial.

Um dos destaques é que houve padronização da identidade visual de cada grupo, além disso elas têm espaço especial na área restrita do site.

TRABALHO DAS **COMISSÕES** DA **ANADEP**



SESSÕES SOLENES PARA **HOMENAGEAR** A DEFENSORIA PÚBLICA NO **CONGRESSO NACIONAL**



Nos dois anos desta gestão, a Defensoria Pública foi homenageada no Congresso Nacional durante o mês de maio - mês dedicado às comemorações do dia da defensora, do defensor público e da Defensoria Pública.

Em 2017, a homenagem foi no plenário da Câmara dos Deputados e foi requerida pelo deputado Alessandro Molon (REDE/RJ). Já em 2018, a solenidade ocorreu no Senado Federal a pedido da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Durante as sessões, houve manifestações de apoio para o crescimento e fortalecimento da Defensoria. Vários parlamentares utilizaram-se da tribuna para elogiar os trabalhos das defensoras e dos defensores públicos, destacando a atuação da categoria para o acesso à Justiça no País.

ELEIÇÕES 2018: ANADEP REALIZOU MOVIMENTO COM **PRESIDENCIÁVEIS**

A Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP), ao lado das Associações Estaduais, teve contato com os candidatos à Presidência da República de 2018. Os encontros tiveram por objetivo apresentar o atual panorama da Defensoria Pública e debater sobre a necessidade da efetivação da Emenda Constitucional 80, bem como o fortalecimento e o crescimento da Instituição.

A ANADEP e Associações reuniram-se com o coordenador do Plano de Governo do candidato Geraldo Alckmin (PSDB), Luiz Felipe D'Ávila; o candidato Ciro Gomes (PDT/CE); e Fernando Haddad (PT/SP).

Nas reuniões foi entregue o relatório "Apresentando a Defensoria Pública: Retrato de uma Instituição em Desenvolvimento". O material traz as principais informações sobre a Instituição, como o número de defensoras e defensores, atendimentos, comarcas, comparativo dos orçamentos das Defensorias estaduais, atuação especializada e outros atendimentos voltados para grupos em situações de vulnerabilidades. O relatório também será trabalhado durante o novo ano legislativo.



RELAÇÕES *INSTITUCIONAIS*

com as demais carreiras do sistema de Justiça

Outro ponto de destaque foram as relações institucionais da ANADEP com as demais carreiras do sistema de Justiça. Durante encontros, os dirigentes discutiram pautas convergentes entre as entidades e a importância do fortalecimento das instituições. Ao longo do biênio, a Associação reuniu-se com a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), Frente de Mobilização da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do DF (ANAPE), Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (ANADEF), entre outros.

Em 2017, a ANADEP também passou a integrar o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado. O FONACATE é uma associação civil, integrada exclusivamente por entidades nacionais associativas e

sindicais, representativas das carreiras que desenvolvem atividades essenciais e exclusivas do Estado, em todos os Poderes, no âmbito federal, estadual, distrital e municipal. O Fórum alcança mais de 180 mil servidores públicos, constituindo um canal legítimo de discussão dessas carreiras com a sociedade.

Com a entrada da ANADEP, o Fonacate passou a ser composto por 31 entidades afiliadas. Durante o biênio, a ANADEP trabalhou juntamente com o Fórum em pautas de interesse comum no Congresso Nacional, principalmente a Reforma da Previdência. Além disso, a ANADEP e o Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais (CONDEGE) deram continuidade ao trabalho em conjunto. A Associação Nacional esteve presente em quase todas as reuniões do Colegiado contribuindo com os debates.

RELAÇÕES *INSTITUCIONAIS*

com as demais carreiras do sistema de Justiça



EFETIVAÇÃO DA **EC 80**

Em 2018, a Emenda Constitucional 80/2014 completou quatro anos. Com isto, o Poder Público tem até 2022 para universalizar o acesso à Justiça e ter defensoras e defensores públicos em todas as comarcas do País. O número de defensores(as) deverá ser proporcional à demanda da população e a prioridade para ocupação dos cargos deverá ser as regiões com maiores índices de exclusão social.

Originária da PEC Defensoria para Todos (PEC 247/2013, na Câmara e PEC 4/2014, no Senado) – de autoria dos deputados federais Mauro Benevides (PMDB-CE), Alessandro Molon (Rede-RJ) e André Moura (PSC-SE) –, a EC 80 é um instrumento eficaz para o fortalecimento e a interiorização da Defensoria Pública. Hoje no Brasil há cerca de 6.000 defensores(as) públicos(as). De acordo com o Ministério da Justiça, o ideal é um profissional para atender cada grupo de 15 mil pessoas. No entanto, o déficit da categoria é de pelo menos 6 mil. Conforme dados do IV Diagnóstico da Defensoria Pública, a Instituição só está presente em 40% das unidades jurisdicionais do território nacional. A balança da Justiça mostra-se ainda mais desequilibrada quando comparado o número de juízes (11.807) e de promotores (10.874).



EFETIVAÇÃO DA **EC 80**

De acordo com o presidente da ANADEP, Antonio Maffezoli, mesmo tendo avançado, a Defensoria se encontra longe da estrutura necessária para o cumprimento da sua missão constitucional, capaz de atender a toda demanda existente. Informações do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dão conta de que cerca de 82% da população brasileira, que recebem até três salários mínimos, são potenciais usuários da Defensoria.

“Quando a EC 80 foi promulgada tínhamos 5054 defensoras e defensores públicos atendendo cerca de 30% das comarcas. Os números atuais mostram que crescemos em três anos cerca de 15%. No entanto, o que observamos é que a procura pelos nossos serviços aumentou em diversas áreas, como a do consumidor, da família e a busca pela garantia de acesso a serviços básicos na área de saúde e de educação”, pontua Maffezoli.

Segundo a vice-presidente da ANADEP, Thaísa Oliveira, a EC 80 deu novo patamar constitucional à Defensoria Pública, inserindo a Instituição em seção exclusiva no rol das funções essenciais à Justiça e afirmando sua autonomia administrativa e financeira. Além disso, a emenda prevê requisito fundamental afirmando sua autonomia, a iniciativa legislativa. "A atuação da ANADEP é justamente para o cumprimento da EC 80, pois é fundamental que as Defensorias possam se organizar, ter incremento orçamentário, enviar projetos de lei às assembleias legislativas e, assim, garantir a estruturação da Instituição, garantindo o acesso à Justiça à população em situações de vulnerabilidades", afirma Thaísa Oliveira.

ANADEP LANÇA O PROJETO "ANADEP NOS ESTADOS"

Lançado em 2018, o projeto "ANADEP nos estados" tem por objetivo visitar todas as regiões e trabalhar junto às Associações Estaduais o fortalecimento institucional através da EC 80 e também o fortalecimento associativo. O projeto inclui visitas às sedes das Associações, reuniões com o Executivo e Legislativo local e a participação em outras atividades locais, como seminários, mutirões, posses, entre outros.

O objetivo é manter um canal de diálogo, facilitar o acesso das diretorias estaduais à ANADEP e auxiliar de modo mais efetivo no fortalecimento da associação estadual.

Entre os estados que foram visitados nesta primeira etapa estão: Acre, Roraima, Rio grande do Norte, Rio Grande do Sul e Goiás. A iniciativa terá continuidade em 2019.



ENCONTROS REGIONAIS

A ANADEP também apoiou os Encontros Regionais das Defensoras e Defensores Públicos, que aconteceram no Rio Grande do Sul, Amazonas e em Minas Gerais, realizando as respectivas AGEs nos locais e participando dos debates.



ANADEP ATUA PARA CORRETA *IMPLANTAÇÃO* DA *DEFENSORIA PÚBLICA DO AMAPÁ*

Um dos principais objetivos da diretoria da ANADEP neste biênio foi a correta implantação da Defensoria Pública do Amapá. Para tratar do assunto, juntamente com representantes do CONDEGE, o presidente e a vice-presidente da ANADEP, Antonio Maffezoli e Thaísa Oliveira, reuniram-se diversas vezes com autoridades locais para tratar da realização do primeiro concurso para defensor(a) público(a) estadual, com a secretária de Estado da Administração do Amapá, Suelem Furtado, e também com o governador do Estado, Waldez Góes (PDT), e o representante da Defensoria do Amapá, Horácio Maurien Ferreira de Magalhães.

Já em 2017, houve anúncio do certame e no primeiro semestre de 2018 as provas foram realizadas.

A nomeação e posse dos aprovados está marcada para o dia 25 de março de 2019.

Para o presidente da ANADEP, Antonio Maffezoli, a realização do concurso para defensor público estadual é uma conquista. "A organização da Defensoria nos moldes constitucionais será de fundamental importância para promover o acesso à Justiça para a população do Amapá, único estado do país que ainda não tem defensores(as) públicos(as) concursados em seus quadros", pontuou Maffezoli.

O presidente colocou a Associação à disposição para auxiliar na formulação da transição e também na capacitação dos(as) novos(as) defensores(as).



ANADEP ATUA PARA CORRETA *IMPLANTAÇÃO* DA *DEFENSORIA PÚBLICA* DO AMAPÁ



CAMPANHA **NACIONAL** 2017 E 2018

Família Afetiva e Documentação Pessoal

Há dez anos, a ANADEP, em parceria com as Associações Estaduais de Defensoras e Defensores Públicos e Defensorias Públicas Estaduais, tem aproveitado o Dia Nacional da Defensoria Pública e Dia do(a) Defensor(a) Público(a) - 19 de maio - para aproximar-se ainda mais da sociedade.

Em 2017, o tema da Campanha Nacional das Defensoras e Defensores foi "**Família Afetiva**", ou seja, quando o afeto é o elemento fundamental para a formação familiar, superando, por exemplo, o vínculo biológico. O lançamento oficial da iniciativa foi em Salvador.

Já em 2018, o tema da Campanha Nacional foi "**Onde existem pessoas, nós enxergamos cidadãos - Defensoras e Defensores Públicos pelo direito à documentação pessoal**", com o objetivo de mostrar à sociedade que a Defensoria Pública pode ajudar o cidadão a obter e/ou retificar a documentação básica. O lançamento oficial da iniciativa foi em Belém.

O tema para 2019 já foi escolhido: "**Defensoria Pública e os direitos das mulheres**", que foi proposto e defendido pela Comissão dos Direitos da Mulher. Através do slogan "Em Defesa Delas", a iniciativa trabalhará com o público interno e externo da Instituição.

Além do evento oficial, sempre há um calendário de atividades que é executado ao longo de todo o ano, porém, com atividades concentradas em maio. O chamado "**Maio Verde**" tem atendimentos à população, sessões solenes em homenagem ao Dia do Defensor(a), palestras, iluminação de monumentos na cor verde (cor da Defensoria Pública), publicação de artigos na grande imprensa e participação em programas de televisão, rádios e jornais.

CAMPANHA **NACIONAL** 2017 E 2018

Família Afetiva e Documentação Pessoal

Comissões Temáticas e a Campanha Nacional

As Comissões Temáticas da ANADEP têm um papel fundamental na formulação da Campanha Nacional, pois auxiliam a equipe de comunicação quanto à linguagem e identidade visual mais adequadas ao tema. Além disso, as defensoras e os defensores colaboram com a construção do material que é utilizado, a busca por personagens e dados sobre a temática escolhida.



17 DE MAIO
Dia Nacional de Combate à Homofobia

#Família Afetiva

**CONSIDERAMOS
JUSTA
TODA FORMA
DE AMOR.**


Edilson e Bruno adotaram Paulo Victor e Caique, que conheceram em instituição de acolhimento.

ANADEP
Associação Nacional dos Defensores Públicos

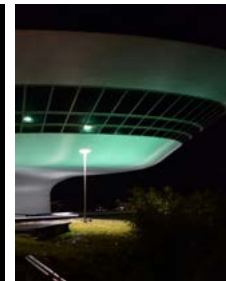
DIVERSIDADE SEXUAL
CONCEITO CULTURAL

**ONDE EXISTEM PESSOAS,
NÓS ENXERGAMOS**
cidadãos.

**DEFENSORAS E DEFENSORES
PÚBLICOS PELO DIREITO À
DOCUMENTAÇÃO PESSOAL.**



CAMPANHA NACIONAL 2017 E 2018



ANADEP IMPULSIONA **CAMPANHA PERMANENTE**



A ANADEP intensificou a Campanha Permanente nas redes sociais durante este biênio. Com o tema "Garantir o seu direito é nosso maior feito", a iniciativa tem por objetivo destacar a representatividade da Defensoria Pública para a sociedade e a atuação da defensora e do defensor público nas principais demandas que afligem a população. Na mídia, a Campanha Permanente foi veiculada, por meio de parcerias, na TV Globo (nacional) em horário nobre, na TV Câmara e na TV Justiça. O spot para rádio também foi transmitido na Rádio Justiça e distribuído para todo o País pela ABERT.



CONGRESSO **NACIONAL** DAS **DEFENSORAS E DEFENSORES** PÚBLICOS

De 15 a 17 de novembro, a ANADEP e a Associação dos Defensores Públicos do Estado de Santa Catarina (ADEPESC) promoveram o **XIII Congresso Nacional de Defensores Públicos**. Sob o tema "**Defensoria Pública: em defesa das pessoas em situação de vulnerabilidade**", o evento foi realizado em Florianópolis. O Congresso, que é o maior evento da Defensoria Pública brasileira, oportunizou o debate de alguns dos principais temas relacionados à Instituição e o papel da defensora e do defensor público na sociedade. Ao todo foram mais de 800 inscritos. Houve também a participação de dois defensores públicos do Paraguai.

Já em 2018, a diretoria da ANADEP e da ADPERJ reuniram-se diversas vezes para discutir a organização do **XIV Congresso Nacional das Defensoras e Defensores Públicos**, que será realizado em 2019, no Rio de Janeiro. O evento terá como foco a história da Defensoria Pública, a implementação da EC 80 e o futuro da Defensoria Pública. O CONADEP é o maior evento da Defensoria Pública brasileira e visa ao debate sobre os principais temas relacionados à Instituição e o papel da defensora e do defensor público na sociedade.



ATUAÇÃO NO *STF* E *TRIBUNAIS* SUPERIORES

Durante o biênio, a ANADEP protocolou diversas ações no Supremo Tribunal Federal, se habilitou como *amicus curie*, bem como protocolou manifestações que buscavam assegurar a autonomia da Defensoria Pública, pleitos da categoria e de grupos em situações de vulnerabilidades. Entre os temas que foram acompanhados pela Associação, estão:

- A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu conceder Habeas Corpus (HC 143641) coletivo para determinar a substituição da prisão preventiva por domiciliar de mulheres presas, em todo o território nacional, que sejam gestantes ou mães de crianças de até 12 anos ou de pessoas com deficiência, sem prejuízo da aplicação das medidas alternativas previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal (CPP);
- ADI 5.543: que autoriza a comunidade LGBT a doar sangue;
- ARE 875958: que versa sobre aumento da contribuição previdenciária de servidores;
- Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5644, com pedido de liminar, questionando a Lei Complementar 1.297/2017, do Estado de São Paulo, que vinculou parte

do orçamento da Defensoria Pública, correspondente a 40% do Fundo de Assistência Judiciária (FAJ), à prestação de assistência jurídica suplementar por advogados privados;

- Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Espírito Santo para 2018 questionando a proposta orçamentária da Defensoria Pública Estadual;
- ADPF 504: A ministra Rosa Weber determinou ao governo de Mato Grosso que realize o repasse de duodécimos, incluindo parcelas vencidas, correspondentes aos recursos das dotações orçamentárias destinadas à Defensoria Pública;
- O ministro Og Fernandes, do Superior Tribunal de Justiça, autorizou os(as) defensores(as) públicos(as) de São Paulo a cancelar suas inscrições na seccional local da OAB. O ministro acolheu pedido da Associação Paulista de Defensores Públicos (APADEP);
- O STJ divulgou a edição 630 do Informativo de Jurisprudência, com destaque para um julgado, de relatoria do ministro Herman Benjamin. Por unanimidade, a 2ª Turma decidiu que o artigo 3º, parágrafo 1º, do Estatuto da Advocacia merece

ATUAÇÃO NO **STF** E **TRIBUNAIS SUPERIORES**

interpretação conforme a Constituição de 1988 para obstar a necessidade de inscrição na OAB dos membros das carreiras da Defensoria Pública.

- Decisão da 6ª turma do STJ decidiu que não cabe ao juiz determinar quando e em qual processo um defensor(a) público(a) deve atuar;
- O Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou, por unanimidade, a possibilidade de transgêneros alterarem nome e gênero em registro civil, independentemente da realização de cirurgia para mudança de sexo. A Comissão da Diversidade Sexual da ANADEP emitiu nota técnica.
- Decisões de tribunais superiores estabelecem que, caso exista Defensoria Pública na comarca, não é justificável a nomeação de advogado dativo, especialmente quando não há circunstâncias que impeçam a atuação do órgão no caso.

PARTICIPAÇÕES

Defensoras e defensores públicos participaram de audiências nos Tribunais Superiores e reuniões com ministros.

Em agosto, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) promoveu audiência pública para discutir penalidades por atraso na entrega de imóveis em construção. O defensor público do DF e coordenador da Comissão dos Direitos do Consumidor da Associação Nacional Antonio Carlos Fontes Cintra representou a ANADEP.

No mesmo mês, a vice-presidente da ANADEP, Thaísa Olivera, a coordenadora da Comissão de Política Criminal da ANADEP, Lúcia Helena Silva Barros de Oliveira, e o defensor público do Rio de Janeiro, Pedro Carrielo participaram de uma reunião com o ministro Ribeiro Dantas, do SJT, para ajudar na formulação de um anteprojeto para atualizar a Lei de Drogas (LEI 11.343/2006).

Já no fim do ano, a ANADEP e o Colégio Nacional de Defensores Gerais reuniram-se com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Dias Toffoli. Na ocasião, o grupo destacou o trabalho da Defensoria Pública no acesso à Justiça para as pessoas em situações de vulnerabilidades e colocou a instituição à disposição para parcerias que contribuem para melhorias no sistema de Justiça.

ATUAÇÃO NO *STF* E *TRIBUNAIS* SUPERIORES

A ideia é somar esforços, principalmente no que se refere à execução penal e no enfrentamento à violência doméstica.





A *Escola Nacional das Defensoras e Defensores Públicos do Brasil (ENADEP)*

realizou seminários e encontros durante os últimos dois anos. Criada no dia 9 de abril de 2014, a Escola Nacional das Defensoras e Defensores Públicos do Brasil (ENADEP), vinculada à ANADEP, visa ao aperfeiçoamento e qualificação das defensoras e defensores públicos, através de diversas atividades, como cursos, seminários, aulas, audiências públicas, entre outras.

Além disso, a ENADEP tem por objetivo também a educação em direitos, conforme o artigo 4º da Lei Complementar Nº 132/09, que afirma que é função institucional expressa da defensora e do defensor público promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico.

No mês da Mulher, a ANADEP e ENADEP realizaram o seminário **"A Mulher na Defensoria Pública"**. Já em outubro, quando a Constituição Federal completou 30 anos, aconteceu o seminário **"30 anos da Constituição Federal de 88. Defensoria Pública: evolução na**

promoção da dignidade humana". O ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal Carlos Ayres Britto fez a palestra magna do evento.

Outros eventos também contaram com o apoio da Associação Nacional, como o Seminário "Reflexos jurídicos-penais da lei antimanicomial na execução das medidas de segurança" (SC); o 1º Seminário Nacional de Defensoras e Defensores Públicas/os e Equipes Técnicas em Atuação na Área da Saúde Mental (RJ); Seminário Nacional Qualidade e Eficiência no Atendimento na Defensoria Pública: Experiências e Desafios (RJ); Seminário Justiça Começa na Infância: a Era dos Direitos Positivos"; entre outros. E na parte de educação em direitos, a ANADEP apoiou o IV Congresso Nacional de Direito e Fraternidade e o I Congresso do Instituto Brasileiro de Educação em Direitos e Fraternidade (IEDF), realizados em Brasília.

A diretora da ENADEP, Fernanda Mambrini, também participou de reunião da Comissão de Escolas Superiores e Centros de Estudos Jurídicos do Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE) a fim de compartilhar projetos, desenvolver atividades em parceria e debater pautas.

ENADEP



PRÊMIO *INNOVARE*

Práticas da Defensoria Pública são destaques na 14ª e 15ª edição do Prêmio do Innovare

A ANADEP é uma das parceiras institucionais do Prêmio Innovare e integra o Conselho Superior do Instituto Innovare, responsável pela definição das principais diretrizes e estratégias da premiação. No último biênio, as defensoras e defensores públicos marcaram presença no Prêmio Innovare: a mais importante premiação da Justiça brasileira, que procura valorizar iniciativas que buscam soluções para os desafios enfrentados por todos que atuam no sistema de Justiça, sejam eles de natureza administrativa ou judicial. O ministro aposentado do STF Carlos Ayres Britto preside o Conselho Superior do Instituto Innovare. Já a defensora pública do Rio Grande do Sul Adriana Burger integra a comissão julgadora do prêmio.

A prática **"Defesa dos direitos indígenas"**, dos defensores públicos do Pará Juliana Oliveira e Johny Giffoni, foi a vencedora da 14ª Edição do Prêmio Innovare na categoria Defensoria Pública, que ocorreu em 2017. A iniciativa paraense foi desenvolvida pelo Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e Ações Estratégicas (NDDH) e tem como objetivo incluir nomes étnicos nos documentos de identificação dos indígenas. Na mesma edição, a Defensoria Pública do Ceará recebeu

menção honrosa com o projeto **"Orçamento Participativo"**, das defensoras públicas Michele Cândido Camelo e Mariana Lobo Botelho de Albuquerque. A iniciativa promove audiências para ouvir sugestões de defensores(as), usuários, movimentos sociais e outros segmentos da sociedade sobre as atividades mais importantes a serem implementadas pela Instituição. Criado em 2016, o Orçamento Participativo é a primeira experiência deste tipo do sistema de Justiça cearense.

Na 15ª edição do Prêmio Innovare realizada em 2018, a prática da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, em parceria com a Defensoria Pública da União, **"Ronda de Direitos Humanos (RONDADH)"** foi a grande vencedora. Criada em 2015 pela defensora pública estadual Carla Beatriz Nunes Maia, do Núcleo de Direitos Humanos (NUDEDH), e pelo defensor público federal Renan Vinícius Sotto Mayor, a iniciativa tem como foco o trabalho voltado para a população em situação de rua.

Já a prática **"Eu quero ser ouvido! Atuação integrada da Defensoria Pública e do Ministério Público Federal no Espírito Santo garante direitos aos atingidos pelo desastre ambiental na Bacia do Rio Doce"** recebeu

PRÊMIO *INNOVARE*

Práticas da Defensoria Pública são destaques na 14ª e 15ª edição do Prêmio do Innovare

menção honrosa nesta edição. O trabalho envolveu os esforços institucionais da DPE-ES, DPU E MPF em uma atuação estratégica focada na defesa dos direitos dos atingidos pelo desastre ambiental do Rio Doce. O trabalho privilegiou o contato direto com as comunidades atingidas de forma desburocratizada, sob o viés da humanização e do respeito aos saberes tradicionais e modos de vida, até então renegados pelos causadores do dano.



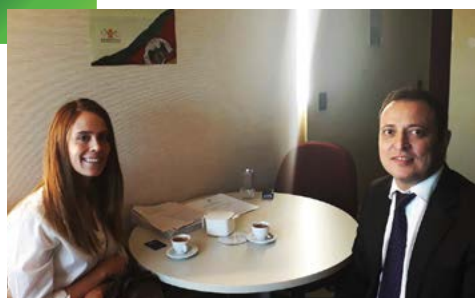
ANADEP **ACOMPANHA** TRABALHO DAS **DEFENSORAS** E DOS **DEFENSORES** PÚBLICOS

que atuam junto aos Tribunais Superiores

Nos Tribunais Superiores, 11 Defensorias mantêm representação em Brasília. Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Tocantins contam com equipes na capital federal. As defensoras e defensores acompanham processos em grau de recursos, propõem revisões criminais, ações rescisórias, impetram mandados de segurança e habeas corpus, entre outros. Atuam para tornar acessíveis os Tribunais Superiores às pessoas em situação de vulnerabilidades e que não possuem condições financeiras para arcar com um advogado.



A vice-presidente da ANADEP, Thaísa Oliveira, visitou as representações em Brasília. Segundo ela, os encontros tiveram como objetivo conhecer a realidade do trabalho das defensoras e defensores que atuam na capital e também colocar a Associação Nacional à disposição. Além disso, a ANADEP incentiva a criação das representações estaduais em Brasília para que os processos dos estados possam ser acompanhados por defensoras e defensores estaduais em todas as instâncias.



INTERNACIONAL

A agenda internacional da Associação Nacional durante os últimos dois anos foi bastante intensa. Entre as principais pautas destacam-se reuniões, o IX Congresso Internacional do BLODEPM, participação em audiência pública da Organização dos Estados Americanos (OEA), sorteio para intercâmbios nos países membros da AIDEP, agenda do BLODEPM, VIII Congresso da AIDEP e os 40 anos da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

A ANADEP manteve o cargo de relações internacionais, ocupado pela defensora pública do Rio Grande do Sul, Adriana Burger. A pasta é fundamental para o diálogo e interlocução com outros países, bem como para a troca de conhecimento e práticas exitosas das Defensorias Públicas internacionais. Em 2017, a ANADEP criou também a Comissão para Assuntos Internacionais.

O principal objetivo da atuação internacional é a análise da extensa agenda e o acompanhamento dos avanços das Defensorias Públicas de outros países, como também a participação nos debates sobre direitos humanos no âmbito internacional e o trabalho pela

efetivação da autonomia das Defensorias Públicas e da independência funcional das defensoras e dos defensores. Outro foco é a discussão sobre o cumprimento das Resoluções da Organização dos Estados Americanos (OEA) e a atuação das defensoras e defensores públicos no Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Em dezembro de 2017, a Organização dos Estados Americanos (OEA) sediou o 1º Fórum Interamericano de Direitos Humanos. O evento foi uma iniciativa do Sistema da Corte e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e contou com várias mesas redondas e conferências. O presidente da ANADEP, Antonio Maffezoli, representou a Associação Interamericana de Defensorias Públicas (AIDEP) na qualidade de vice-coordenador. Maffezoli participou do painel "Corrupção e Direitos Humanos", quando destacou o trabalho das defensoras e defensores públicos de vários países da América na defesa dos direitos humanos das pessoas em condições de vulnerabilidades, sempre as mais atingidas pela

INTERNACIONAL

carência dos recursos públicos desviados, mas também pela violação de direitos na persecução penal.

Durante o biênio, a ANADEP ocupou cargos nas principais entidades associativas internacionais, o que é imprescindível para centralizar as ações da Associação Nacional e Defensoria Pública do Brasil. Na Associação Interamericana de Defensorias Públicas (AIDEP), por exemplo, a ANADEP ocupou a vice-coordenação. Já no Bloco dos Defensores Públicos Oficiais do Mercosul (BLODEPM), a ANADEP ocupa a secretaria geral.

Em 2018, a diretora de comunicação da ANADEP, Rivana Ricarte, e representantes de Associações participaram do VIII Congresso da AIDEP, que aconteceu no Chile. O tema foi "40 anos depois da Convenção e da Corte Interamericana: uma nova era para os direitos humanos" e teve por objetivo promover o debate público sobre o direito de acesso à Justiça para grupos vulneráveis, à luz dos padrões do Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Para marcar a passagem dos 40 anos da Corte

Interamericana de Direitos Humanos foi promovido também no dia 18 e 19 de julho, em São José (Costa Rica), seminário comemorativo. Com o mote "40 anos da entrada em vigor da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e da criação da Corte Interamericana - sucessos e desafios nos sistemas regionais de direitos humanos", a ideia é debater os desafios globais contemporâneos para sistemas de proteção dos direitos humanos.



INTERNACIONAL



Desde 2017, o projeto "**Defensoria Sem Fronteiras**" teve destaque na atuação de defensoras e defensores públicos estaduais e federais de todo país através de uma força-tarefa, que visava a garantir o acesso à Justiça, por meio da análise processual individualizada dos custodiados. O DSF fazia parte do Acordo de Cooperação Técnica assinado pelo Condege, Ministério da Justiça, DPU, ANADEP, ANADEF e DEPEN/MJ, a fim de promover o intercâmbio de informações e experiências entre as Defensorias Públicas de cada unidade da Federação, por meio de palestras, congressos, seminários e ações conjuntas. A iniciativa tinha por objetivo também apresentar às autoridades competentes para que fossem implantadas melhorias no sistema prisional local.

Entre os estados que receberam a iniciativa, estão o Rio Grande do Norte, Manaus, Roraima, Minas Gerais, Maranhão, Paraná, Amazonas, Roraima, Rio Grande do Norte, duas vezes em Santa Catarina e em Pernambuco, Rondônia, Ceará e Amapá.

Em abril de 2018, o ministro extraordinário da Segurança Pública, Raul Jungmann, recebeu representantes do Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE) e da ANADEP para discutir a proposta de esforços concentrados que foram realizados em 2018 em todo o País. Os presos provisórios, que aguardam julgamento há mais de seis meses e presos condenados, foram o foco da ação.

DEFENSORIA *SEM FRONTEIRAS*



REVISTA **JUSTIÇA & CIDADANIA** FIRMA **PARCERIA** COM A ANADEP



Em agosto de 2018, a ANADEP passou a ter espaço na Revista Justiça & Cidadania. A publicação que, em 2019, completará 20 anos, é referência entre os veículos do meio jurídico do país.

Com a parceria, a Associação Nacional pode publicar artigos (tanto site quanto edição impressa) dos membros da diretoria, comissões especiais e associados(as) da entidade. Há também espaço para a divulgação de eventos e projetos.

Justiça & Cidadania conta com distribuição nacional de 10 mil exemplares mensal, além de site exclusivo. A parceria terá continuidade em 2019.



A Defensoria Pública como instrumento de inclusão social das pessoas com deficiência

Flávia Wagner Pereira da Costa

Do comportamento estigmatizado em relação à deficiência pessoal, social, cultural, econômica, física e histórica, e o trabalho desenvolvido pela Defensoria Pública Brasileira em muito contribui para a eliminação gradual de tais barreiras e seus efeitos gravosos de preconceito e exclusão.

Em agosto de 2018, a ANADEP passou a ter espaço na Revista Justiça & Cidadania. A publicação que, em 2019, completará 20 anos, é referência entre os veículos do meio jurídico do país.

Defensoria Pública

Garantir o seu direito e nosso maior feito

Flávia Wagner Pereira da Costa

E a Defensoria Pública é um instrumento essencial para a garantia do acesso à justiça e da efetivação dos direitos fundamentais. Ela atua em defesa dos interesses das pessoas e das entidades, promovendo a justiça social e a inclusão social.

Defensoria Pública

Resolução extrajudicial de demandas e gestão constitucional de recursos financeiros em tempos de crise

Gustavo Alves de Jesus

Presidente da Associação Goiana dos Defensores Públicos (Associação Nacional de Defensores Públicos do Estado de Goiás)

Defensoria Pública

Volume significativo de demandas levado ao Poder Judiciário é passível de ser solucionado de forma extrajudicial*

Gustavo Alves de Jesus

DEFENSORES: *SÉRIE DOCUMENTAL* É LANÇADA

DEFENSORES



Em agosto de 2017 aconteceu o lançamento oficial da série "Defensores" – iniciativa da Agência Nacional do Cinema (Ancine), que aborda o papel das defensoras e defensores públicos do Estado e da União para o acesso à Justiça. A produção televisiva trata do tema da desigualdade social brasileira sob a perspectiva dos direitos humanos e deverá ser incluída na grade de programação das TVs públicas do país. O documentário em cinco episódios foi distribuído para cerca de 200 emissoras públicas de TV, que abrangem os segmentos comunitário, educativo e cultural. A produção é do jornalista Thiago Couto.

ANADEP E O COMITÊ NACIONAL DE **PREVENÇÃO** E **COMBATE** À TORTURA

O Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT) é um dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e é composto por 23 membros, sendo 11 representantes de órgãos federais e 12 da sociedade civil. A iniciativa tem como objetivo contribuir para o enfrentamento a essa violação em instituições de privação de liberdade, como delegacias, penitenciárias, locais de permanência para idosos e hospitais psiquiátricos. O defensor público de São Paulo Carlos Weis representou a ANADEP nas reuniões do Comitê. Além disso, defensoras e defensores públicos de outros estados também integram o Comitê.



ANADEP TOMA POSSE NO **CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA** (CNDI)

O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDI), em outubro de 2018, deu posse aos novos conselheiros da entidade. Representando a ANADEP, a defensora pública do Distrito Federal Bianca Cobucci Rosiere é a titular do cargo e o defensor público da Bahia João Gavazza é o suplente. A categoria da Associação Nacional é a defesa de direitos. Ao todo são 14 membros da sociedade civil que irão compor o colegiado no biênio 2018-2020.



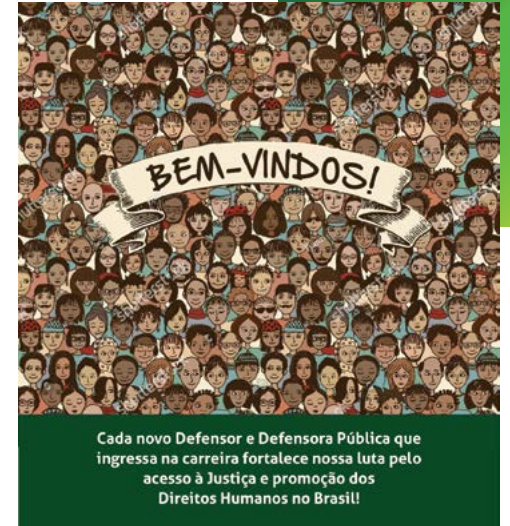
A vice-presidente da ANADEP, Thaísa Oliveira, defendendo eleição da entidade.



POSSES DE DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS E A EFETIVAÇÃO DA EC 80

Nos últimos dois anos, a crise econômica também afetou as Defensorias Públicas estaduais. Em vários estados houve corte no orçamento das instituições, o que impacta diretamente no funcionamento e na manutenção dos serviços voltados à população vulnerável.

No entanto, apesar das dificuldades, caminhando à efetivação da EC 80, vários estados deram posse à defensoras e defensores públicos durante os anos de 2017 e 2018. Foram mais de 250 nomeações em todo o país, entre os estados: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e São Paulo. A ANADEP parabeniza a chegada dos novos colegas e frisa que continuará a luta pelo fortalecimento da Defensoria Pública. Terminamos o ano de 2018 com 6.103 defensoras e defensores públicos.



DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO: PLANEJAMENTO E ESTRATÉGIA

Para divulgar de forma planejada e estratégica as iniciativas da Associação Nacional e o trabalho das defensoras e defensores públicos estaduais, a Diretoria de Comunicação da ANADEP fortaleceu suas atividades durante este biênio. O departamento também foi coordenado pela defensora pública Rivana Ricarte (AC) e teve por objetivo construir um relacionamento claro e direto com os diversos públicos da Entidade.

A assessoria de comunicação buscou desenvolver peças, campanhas e outras ações para reforçar a importância da ANADEP como entidade representativa das defensoras e defensores estaduais e também promover ações de educação em direitos divulgando o trabalho da categoria.

No período foram trabalhadas duas campanhas (permanente e nacional) em âmbito nacional, que foram veiculadas em grandes veículos como, por exemplo, a Rede Globo, TV Câmara e TV Justiça. Também foi definido um calendário com datas temáticas (Dia Nacional do Idoso, Dia de Combate à Violência Doméstica, Dia das Crianças, entre outros). Ao longo do ano foram publicadas nas redes sociais várias peças relacionadas à educação em direitos e à atuação dos(as) defensores(as). A ANADEP buscou ainda o engajamento em campanhas sociais, como o Outubro Rosa e o Novembro Azul.

A Associação Nacional continuou também a política de veicular as matérias remetidas pelas Associações Estaduais e Defensorias Públicas. O material é disponibilizado no site e redes sociais, como o Twitter, Facebook e Instagram. Além disso, a ANADEP promoveu encontros com os assessores de comunicação das Associações Estaduais e das Defensorias Públicas para traçar estratégias de comunicação. Também se preocupou em realizar um trabalho coordenado para atingir o público-alvo da Associação, como defensores(as), Associações Estaduais, os Três Poderes, com principal foco no Legislativo; a imprensa e a sociedade.

A equipe buscou dialogar semanalmente com os principais veículos de imprensa para ocupar os espaços e também divulgar a importância da ANADEP e da Defensoria Pública como agentes de transformação social e para o acesso à Justiça de pessoas em situações de vulnerabilidades.



O candidato do PDT, Ciro Gomes, foi para São Paulo. Ele defendeu que é preciso ampliar a defensoria pública, após encontro com os servidores da categoria. “O advogado é um profissional caro. Se você não fizer o defensor público chegar até a ponta da cidadania, não haverá defesa. As mulheres pagarão caro, porque não vão ter postulação nem sequer de alimentos ou de pensão alimentícia”, afirmou. Ciro também criticou Haddad sobre uma nova Constituinte. “Isso é uma violência institucional.”

Em outro caso que tramita no STF, a professora [defendeu](#), em parecer encomendado pela Associação Nacional de Defensores Públicos, que a Defensoria pode propor ações civis públicas, não sendo essa uma prerrogativa apenas do Ministério Público.

As ações coletivas propostas pela Defensoria, segundo Ada Pellegrini, significam um maior acesso à Justiça. “Ainda que se entenda que função obrigatória e precípua da Defensoria Pública seja a defesa dos economicamente carentes, o texto constitucional não impede que a Defensoria Pública exerça outras funções, ligadas ao procuratório, estabelecidas em lei.”

Notícias STF

Segunda-feira, 14 de agosto de 2017

Lei que limita orçamento da Defensoria Pública do Espírito Santo é objeto de ADI

A Associação Nacional de Defensores Públicos (Anadep) ajuizou, no Supremo Tribunal Federal (STF), a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5794, que questiona dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Espírito Santo para o ano de 2018, os quais impõem limites à proposta orçamentária da Defensoria Pública estadual. A associação afirma que a inconstitucionalidade é prática “constante e corriqueira” no estado e pede a intervenção do STF para fazer valer o dispositivo constitucional que garante às Defensorias Públicas de todo o país autonomia funcional, administrativa e financeira (artigo 134).

A Anadep pede liminar para suspender a eficácia dos artigos 19, parágrafo 1º, e 43 da Lei Estadual 10.700/2017. Segundo a entidade, embora a Defensoria Pública tenha se colocado à disposição do Poder Executivo para participar da elaboração da lei de diretrizes orçamentárias, não foi chamada a se manifestar, assim como o Poder Judiciário e o Ministério Público. “A tutela das autonomias orçamentária, financeira, administrativa e funcional da Defensoria Pública trata-se de elemento essencial para a efetividade e a concretização do acesso à justiça da população carente, vinculando-se ao direito fundamental insculpido no artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal”, argumenta.

Segundo a Anadep, o descumprimento da participação do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública na elaboração da LDO estadual, permite a concessão de medida cautelar para sua suspensão, havendo a presença do requisito do *periculum in mora*, pois foram fixados limites orçamentários sem observância do artigo 99, parágrafo 1º, da Constituição Federal, “encontrando-se os Poderes e órgãos constitucionais autônomos impossibilitados de remeter proposta orçamentária, em conformidade com suas necessidades, para a aprovação e deliberação na Lei Orçamentária Anual (LOA)”.

Na ADI, a entidade apresenta gráficos para demonstrar que o orçamento atual (2017) da Defensoria Pública do Espírito Santo é percentualmente menor (0,39%) do que seu orçamento em 1999 (0,44% do orçamento do estado). Segundo a Anadep, a despeito de a Emenda Constitucional 80/2014 ter estabelecido a necessidade de haver um defensor público em todas as unidades jurisdicionais do país, no Espírito Santo é comum um defensor público atuar em diversas comarcas. “Obviamente que essa situação dificulta intensamente a assistência jurídica integral aos necessitados”, assinala.

A ADI foi distribuída ao ministro Gilmar Mendes.

Florianópolis será palco da 13ª edição do Congresso Nacional de Defensores Públicos, que acontece de 15 a 17 de novembro no Centro de Eventos do Costão do Santinho Resort. Defensores públicos, juristas, estudantes e representantes da sociedade civil de todo o país se reúnem para debater o tema central do evento *Defensoria Pública: em defesa das pessoas em situação de vulnerabilidade*.

Promoção da Associação Nacional dos Defensores Públicos e a Associação dos Defensores Públicos de Santa Catarina, o congresso busca oportunizar o debate dos principais temas relacionados à Instituição e discutir o papel do defensor público na sociedade. São esperados cerca de mil participantes nesse evento.

AUTONOMIA VIOLADA

ADI questiona lei que limita orçamento da Defensoria Pública do Espírito Santo

15 de agosto de 2017, 14h30

Imprimir Enviar 19 0 1 1

Com o argumento de que a lei que impõe limite ao orçamento da Defensoria Pública do Espírito Santo viola a autonomia do órgão, prevista no artigo 134 da Constituição, a Associação Nacional de Defensores Públicos (Anadep) pede que o Supremo Tribunal Federal julgue inconstitucional a lei capixaba. Segundo a associação, a inconstitucionalidade é prática “constante e corriqueira” no estado. O ministro Gilmar Mendes será o relator da ADI.

A Anadep pede liminar para suspender a eficácia dos artigos 19, parágrafo 1º, e 43 da Lei estadual 10.700/2017. Segundo a entidade, embora a Defensoria Pública tenha se colocado à disposição do Poder Executivo para participar da elaboração da lei de diretrizes orçamentárias, não foi chamada a se manifestar, assim como o Poder Judiciário e o Ministério Público.

“A tutela das autonomias orçamentária, financeira, administrativa e funcional da Defensoria Pública trata-se de elemento essencial para a efetividade e a concretização do acesso à justiça da população carente, vinculando-se como o direito fundamental insculpido no artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal”, argumenta.



Elisa Costa Cruz Defensoria Pública em RJ

Quarta-feira, 17 de maio de 2017

O Direito da família, afeto e as consequências de sua interferência no ordenamento jurídico



Capa Seções Colunistas Blogs Anuários Anuncie Apoio Cultural

Livraria Mais vendidos Boletim Jurídico Cursos Busca de livros



RECONHECIMENTO AMPLO

Campanha da Anadep afirma que afeto gera vínculo familiar

5 de maio de 2017, 19h15

Imprimir Enviar 62 1 2

A Associação Nacional dos Defensores Públicos lançou nesta sexta-feira (5/5), em Salvador, campanha para afirmar que o afeto é também elemento fundamental para a formação familiar. Com isso, a entidade, em conjunto

Observatório monitora casos de violência

ATENDEMENTO

As agressões motivadas por questões políticas preocupam instituições ligadas aos direitos humanos no Pará. Nesta sexta-feira (26), a Associação dos Defensores Públicos do Pará (ADPEP) manifestou a sua preocupação com essa situação e as demais práticas que pesam atingir a democracia.

A Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADep) também publicou uma nota em nome de cerca de seis mil Defensores

e Defensores Públicos do país manifestando sua confiança nos valores democráticos de direito que as pessoas sejam respeitadas em sua liberdade de expressão, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, identidade ou qualquer outra forma de discriminação que devem ser os objetivos buscados por todos os brasileiros”, afirma a Presidente da ADPEP Mônica Belém.

Preocupadas com essas formas de violência e intolerância política, a Defensoria Pública do Pará, a OAB-Pará e Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) criaram um Observatório de Intolerância Política no Pará, plataforma que opera como um grupo de atendimento, recebendo denúncias de pessoas ou coletivos que, no Pará, tenham sido vítimas de atos de intolerância política e/ou restrições à liberdade de reunião pacífica e livre manifestação.

As denúncias são feitas de forma sigilosa por meio de um formulário eletrônico, e seus conteúdos podem ser de diversas naturezas: ameaças, violência física, ataque virtual, dano patrimonial, entre outros atos que tenham resultado de discursos políticos entre as partes. São investigados assédios e ofensas proferidos via WhatsApp, Instagram e Facebook. A diretoria do Observatório frisa que é importante priorizar mensagens e filmar qualquer ação de modo que possam ser usadas como prova.

MÔNICA BERGAMO

PARA TODAS A Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep) foi rebatizada. A entidade passa a se chamar Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos.

PARA TODAS 2 O novo nome, defendido pela comissão da entidade sobre direitos da mulher e pelo Coletivo Mulheres Defensoras Públicas do Brasil, foi aprovado em assembleia na semana passada, quando foram debatidas mudanças no estatuto do grupo para contemplar a questão da igualdade de gênero.

B14 BRASIL



ENTREVISTA MÔNICA BELEM

DEFENSORES PÚBLICOS LANÇAM CAMPANHA

Tudo em nome a Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep) realizou uma campanha nacional com o objetivo de valorizar os serviços prestados pelos Defensores Públicos de todo o Brasil. A ação de lançamento da campanha de 2018 aconteceu pelo primeiro ano no estado Norte, em Belém, no início de maio (foto em que se comemora, no dia 10, o Dia da Defensoria Pública) no Mercado Francisco Beltrão. Sob o lema "onde existem pessoas, nós entregamos ajuda", a entidade comemora com a presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Pará (Adep), Mônica Belem.

Qual o tema da campanha deste ano?
MÔNICA BELEM: "Este ano, nossa abordagem será 'Defensoras e Defensores Públicos pelo direito à documentação pessoal', antes de qualquer atividade de regularização documental é necessário garantir a documentação pessoal. Não adianta que no Brasil temos o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) considerado o melhor do mundo se não tivermos a documentação de qualquer pessoa, também é preciso ter alguma forma de autenticação necessária para a documentação de sua cidadania.

Como vai ser o período da campanha?
MÔNICA: A campanha ocorrerá ao longo do ano de 2018, mas será durante o mês de maio, mês dedicado à Defensoria Pública - que a campanha será lançada por todos os estados. Aqui no Pará, o programa Rádio de Direitos, projeto da Defensoria Pública do Estado, realizará uma série de ações, entre os dias 6 e 27 de maio, visando cerca de 22 municípios.

Por que o Pará foi escolhido para ser o lançamento da campanha deste ano?
MÔNICA: "Nunca houve antes iniciativas para que Belém se tornasse o lançamento dessa campanha, isso porque não se tinha que se considerasse a Defensoria Pública do Pará não cobria a população que, em muitos dos casos, não possui os documentos pessoais necessários à efetivação de sua cidadania social, sendo o não registro uma realidade presente nos municípios ribeirinhos, indígenas e quilombolas do nosso estado. Vale lembrar que o Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IBDC) reconheceu ao categoria "Defensoria Pública" - como um trabalho realizado por estes dois grupos indígenas apresentados pelo Defensor Público do Pará, João Colares.

Como vai ser realizado esse mês em Belém?
MÔNICA: "Este mês apresentamos uma série de iniciativas e atividades locais do trabalho, presentes em todas as unidades da Defensoria Pública, Defensorias Públicas do Pará, unidades indígenas, povoados, comunidades rurais e quilombolas, em especial, a ação consistirá em uma série de atividades de regularização documental, a ser realizada em parceria com o Projeto de Regularização Documental (PRD) do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IBDC) e a realização de uma campanha de sensibilização e educação em parceria com o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor (CMDC) e o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor (CMDC) e o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor (CMDC)."

Mônica



Para o presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), Antônio Maffezoli, a crise econômica evidenciou a importância da Defensoria Pública para a população brasileira. "A crise econômica teve um duplo impacto no país: além de prejudicar a arrecadação de impostos por parte dos governos e, consequentemente, diminuir o poder de investimento, a crise agravou a pobreza e aumentou o número de pessoas que precisam da defensoria. É uma realidade nacional e no Espírito Santo não é diferente", diz Antônio.



O presidente da Associação de Defensores Públicos do Espírito Santo, Pedro Paulo de Souza Coelho, explica que não apenas o interior, mas também a região metropolitana sofre com a evasão de defensores. "O interior sofre ainda mais porque com o pedido de exoneração de alguns profissionais, temos que atender a critérios de realocação baseado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e ao crescimento populacional das cidades. Com isso, municípios do interior tendem a ficarem desassistidos. Além disso, há juízes da Serra e de Cariacica que não contam mais com defensores", afirmou.

poder Projeto de abuso de autoridade trata de crimes além do 'colarinho branco'



DE SÃO PAULO 30/03/2017 11:10h

Além das questões que praticamente monopolizaram o debate sobre o tema pela possibilidade de inquirir nas atividades da Operação Lava Jato, o projeto de lei do abuso de autoridade também acrescenta crimes como a falta de prestação de serviços essenciais e "colarinho branco". "Assim como em todas as questões penais, o maior incidência desta lei será sobre as pessoas mais pobres", afirma o defensor público Antonio Maffezoli, que preside a Anadep, associação nacional do categoria. Para entrar em vigor, o projeto ainda tem de ser aprovado no Congresso.

O texto define como crime, por exemplo, praticar atos que prejudicam não só a atuação em decorrência de investigações, como a situação de crimes para "extinguir-se a responsabilidade em responsabilizar criminalmente alguém". A pena é de seis a quinze anos de prisão.

A cúpula da Defensoria Pública disse considerar a mudança "um avanço importante" e que deverá beneficiar, especialmente, nos atendimentos feitos pela instituição em casos de mulheres vítimas de violência doméstica.

Laudos solicitados por ela poderão subsidiar pedidos junto às Varas de Violência Doméstica de medidas protetivas - que podem ser feitos sem a necessidade de um boletim de registro policial.

Já no âmbito dos processos judiciais, diz a Defensoria, os laudos produzidos a pedido dela serão levados à apreciação da Justiça, garantindo a produção de provas "a todas as partes dos processos".

"É importante destacar que o atendimento prestado pela Defensoria Pública destina-se a pessoas que não possuem condições financeiras para contratar advogados - e muito menos peritos privados", diz nota da Defensoria.

"É importante destacar que o atendimento prestado pela Defensoria Pública destina-se a pessoas que não possuem condições financeiras para contratar advogados - e muito menos peritos privados", diz nota da Defensoria.

A Defensoria paulista tem, atualmente, 724 integrantes e atua em 43 cidades do Estado.

O presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, Antônio Maffezoli, disse considerar "super importante" a medida por reconhecer a defensoria "como instituição oficial na defesa dos direitos de pessoas carentes".

Ainda segundo ele, outros Estados também poderão copiar essa medida e



Número de defensores públicos cai e ES se distancia de cumprir legislação federal

DEFENSORIA PÚBLICA Presidente de associação nacional visita RR em campanha por mais defensores

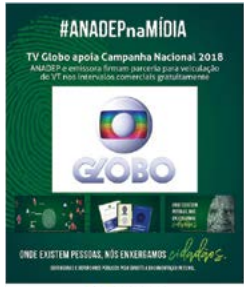
Por Folha Web 12/03/2018 às 14:40

O presidente da Associação Nacional dos Defensores e Defensoras Públicas (Anadep), Antônio Maffezoli, visitou na tarde de ontem, 26, o redação da Folha para falar sobre a proposta da Anadep de instituir o projeto Defensoria nos Estados.



Antônio Maffezoli é presidente da Associação Nacional dos Defensores e Defensoras Públicas (Foto: Cineasta Coréia)

Ele mostrou-se contente com o fato de a Defensoria noramense ter um bom contato com o governo e parlamentares e ter conseguido colocar defensores em todos os municípios, mas explicou que ainda há muito a ser feito.



Associação dos Defensores muda o nome para ressaltar igualdade de gênero



Defensoras Públicas em assembleia que aprovou o mudança do estatuto. em Brasília (Foto: Anadep)

Congresso será iluminado de verde para lembrar mês da Defensoria Pública



O prédio do Congresso Nacional já teve iluminação verde em abril para alertar sobre o aniversário de 10 anos da Defensoria Pública.

Ação da Defensoria faz orientação jurídica e emissão de documentos em Belém

Carteira de identidade, carteira de trabalho, CPF e outros documentos podem ser emitidos durante a ação...

A Defensoria Pública de Pará lança nesta semana em Belém um trabalho de atendimento público com diversos serviços de orientação. A ação faz parte de uma campanha para mostrar como a defensoria pública pode auxiliar o cidadão. A programação ocorre no Mercado Central, do 1º ao 10º de maio.

Na posse, Raquel deu um tom religioso a seu discurso. Citou o papa Francisco, pediu a proteção de Deus e agradeceu a presença do núncio apostólico (embaixador do Vaticano) e do arcebispo de Brasília na cerimônia. O presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), Antonio Maffezzoli, diz não ver problema.

— Por decorrência da laicidade do Estado, as instituições públicas têm de agir independentemente das crenças pessoais de seus membros e de quem as lidera, porque é um momento passageiro.

O presidente da Anadep destacou que a gestão de Janot focou muito na parte criminal, e tem a expectativa de que Raquel priorize questões ligadas a direitos humanos, meio ambiente e índios, até pela formação acadêmica nessa área. Maffezzoli pediu atenção especial à violência policial e aos pedidos de federalização de investigações de assassinatos, que costumam ficar parados na PGR.

— O pedido de federalização só pode ser feito pelo procurador-geral de República ao STJ.

Convoção da Gazeta: O valor da família

Autora da primeira ação no STF que pretende derrubar a exigência do consentimento dos cônjuges (ADI 5.097), ajuizada em 2014, a Anadep entende que, por mais que o objetivo da legislação tenha sido o de desestimular a esterilização precoce, ela acabou também por desestimular a esterilização em outras fases da vida. Na visão da organização, a norma também contrariaria tratados internacionais, ratificados pelo Brasil, que tratam de direitos humanos.

A associação também cita o artigo 7º, inciso III, da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), que inclui o impedimento de uso de métodos contraceptivos, por parte do cônjuge, como violência contra a mulher, para justificar a ADI.

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

Ciro Gomes defende ampliação da defensoria pública

Candidato do PDT se encontrou com defensores em São Paulo; disse ser preciso ampliar atendimento nos estados e destacou importância para obtenção de pensões alimentícias.

Por G1 — Brasília
24/09/2018 13:18 - Atualizado há 2 dias



Jornal Empoderado

21/09: Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência

21 DE SETEMBRO
Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência

Por uma sociedade mais inclusiva, igualitária e solidária

De graça: mutirão da Defensoria Pública acontece no Largo do Tanque, em Salvador



Sessão destaca papel da Defensoria Pública no acesso universal à Justiça

Ministro explica programa para a educação em publicidade legal

Ciro Gomes defendeu a ampliação da defensoria pública no País



Candidato do PDT, Ciro Gomes, fez campanha em São Paulo.



Para o petetista, atendimento precisa ser reforçada nos Estados. (Foto: Reprodução/ Twitter)



Ciro Gomes (PDT) passou a manhã de sábado (29) em SP

Justificando
Mentes inquietas pensam Direito.

Terça-feira, 18 de Maio de 2018

Defensoria Pública do Rio lança campanha contra sub-registro

PANDORA
CURSO
O Que é Legar de Fala com Direitos Básicos
Todos os conteúdos PANDORA por apenas R\$17,90

Justificando
Mentes inquietas pensam Direito.

Quinta-feira, 13 de setembro de 2018

Deficiência: uma característica da pessoa ou da sociedade?

Justificando
Mentes inquietas pensam Direito.

Sexta-feira, 8 de Junho de 2018

Visibilidade às mulheres: ANADEP agora é Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos

Onde existem pessoas, nós enxergamos cidadãos e cidadãs: retificação de nome e gênero nos documentos

Terça-feira, 8 de Maio de 2018

Foto: Divulgação da Campanha da Associação Nacional dos Defensores Públicos

Em maio, mês em que se comemora o Dia da Defensoria Pública, a Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP) promove a Campanha Nacional com o tema "Defensoras e Defensores Públicos pelo direito à documentação pessoal: onde existem pessoas, nós enxergamos cidadãos". A ação tem como objetivo mostrar que a Defensoria Pública pode ajudar na obtenção da documentação básica, auxiliando todos e todas a exercerem suas cidadanias de forma plena.

Nesse contexto, é importante frisar que o sub-registro atinge especialmente as populações vulneráveis, como a população indígena, quilombola, em situação de rua e LGBTQT. Ademais, no que tange à população transgênera, ou

NOTÍCIAS

Afeto nas relações familiares é foco da Campanha Nacional dos Defensores Públicos

Lançamento oficial será em Salvador, em 5 de maio, durante mutirão de atendimento à população

JUSTIFICANDO.CARTACAPITAL.COM.BR | POR JUSTIFICANDO

Justificando
Mentes inquietas pensam Direito.

Quarta-feira, 17 de Maio de 2018

SobreNome: ainda muitas pessoas não conseguem exercer esse direito

Justificando
Mentes inquietas pensam Direito.

Quarta-feira, 26 de setembro de 2018

Os destinatários constitucionais da defesa dos Direitos Humanos

Associação Nacional de Defensores Públicos muda nome para inserir 'Defensoras'

Mudança aprovada em assembleia geral, tem intuito de ampliar quantidade de gênero na organização

ANADEP

Mutirão da Defensoria Pública acontece no Largo do Tanque, em Salvador

ADRIANA OLIVEIRA
Largo do Tanque, Salvador

Campanha

No Brasil, mais de três milhões de pessoas não têm certidão de nascimento, sendo o Pará um dos Estados que mais sofrem com a falta desse documento, principalmente os ribeirinhos, indígenas e quilombolas. Para combater o sub-registro, haverá uma campanha nacional dos defensores públicos com o tema "Defensoras e Defensores Públicos pelo Direito à Documentação Pessoal", iniciativa da Associação Nacional dos Defensores Públicos.



Sexta, 15 de Setembro de 2017 - 21:40

Pesquisa indica Defensoria Pública como instituição mais importante para brasileiros



Foto: Cláudia Cordezo/ Bahia Notícias

A Defensoria Pública é considerada a instituição mais importante para os brasileiros em uma pesquisa realizada GMR Inteligência & Pesquisa. O estudo revela que 92, dos entrevistados a avaliam como "muito importante" ou "importante", o que a coloca na primeira colocação entre todos os órgãos citados. O Ministério Público é segundo mais mencionado (91,6%), seguido pela Polícia (90,4%). Encomendada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o levantamento foi divulgado na última quarta-feira (13). Na pesquisa de 2014, a Defensoria ocupava o segundo lugar no ranking entre as instituições consideradas mais importantes para os entrevistados. Em 2017, além da conquista da primeira colocação, ela também foi apontada como a mais relevante na proteção de crianças e adolescentes (38,2%) e a mais relevante na proteção de idosos (37,4%).



O GLOBO **Monumentos do Rio ganham iluminação verde para marcar Dia Nacional da Defensoria Pública**
Crédito: Redação, Museu do Amanhã e J&P do Anjo da Lagoa Ricardson Cabraldo



Senado fará sessão em homenagem a defensores públicos

Da Redação | 24/04/2018, 19h38



CURTO-CIRCUITO

A filósofa Marcia Tiburi e a cantora Pitty batem papo sobre política e feminismo, hoje, às 19h30, no Senac Lapa.

O defensor público Antonio Maffezzoli assume hoje o comando da Anadep (Associação Nacional dos Defensores Públicos), em Brasília.

O Bar Brahma lança hoje novo cardápio, a cargo dos chefs Marcelo Correa Bastos e Claudio Aliperti.

O e-commerce Shop2gether recebeu o lançamento da nova coleção Army Pre Fall 17 da grife Carol Bassi.

Defensores

Em Brasília, a Associação dos Defensores Públicos do Estado, em parceria com a Associação Nacional dos Defensores Públicos, intensificou o acompanhamento da PEC 287/2016, que trata da Reforma da Previdência, e emitiu nota técnica criticando a proposta e iniciou um movimento nas redes sociais.

Associação de Defensores tem nova diretoria

POR FREDERICO VASCONCELOS



O defensor público Antonio Maffezzoli, de São Paulo, assume nesta quarta-feira (15), em Brasília, a presidência da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep). Maffezzoli foi eleito em dezembro, liderando a chapa única 'Resistir para vencer - nenhum direito a menos'. Ele já foi vice-presidente da Anadep (2005/2007) e desde 2009 é defensor público interamericano, exercendo a defesa legal de vítimas necessitadas que não possuem representação perante o Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Participou do movimento pela criação da Defensoria Pública de São Paulo, do Paraná e de Santa Catarina. Entre as prioridades da nova diretoria estão a ampliação do acesso à Justiça, a efetivação da autonomia da Defensoria Pública e a valorização da carreira do defensor público. Em entrevista ao informativo da Anadep, Maffezzoli foi questionado sobre as rebeliões nos estados e o apoio do Ministério da Justiça de uma força-tarefa de Defensores Públicos para analisar a situação dos presos protestantes.

CORREIO BRAZILIENSE POLÍTICA E BRASIL

Defensoria Pública é a instituição mais importante do País, diz pesquisa

Conforme o levantamento, a Defensoria está à frente, por exemplo, do Ministério Público, da Polícia e das Forças Armadas

O IMPARCIAL

Associação dos Defensores muda o nome para ressaltar igualdade de gênero

Associação dos Defensores muda o nome para ressaltar igualdade de gênero

A alteração foi aprovada por unanimidade pela diretoria e conselhos estaduais em assembleia geral extraordinária na última quarta-feira (16), em Brasília.

ISIOE

Defensoria Pública é a instituição mais importante do País, diz pesquisa

Grade de programação



Notícia

Familia afetiva é tema de campanha dos defensores públicos

f G+

#ANADEPnaMÍDIA

Lançamento da Campanha Nacional e destaque na Rádio Nacional Amazônia



Canal atinge, potencialmente, 60 milhões de habitantes, com um sinal que chega em toda a região Norte, além de Maranhão, Piauí, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e outros estados.

ONDE EXISTEM PESSOAS, NÓS ENXERGAMOS *vidéologos.*

DEFENSORIA E DEFENSORES PÚBLICOS PELA DIGNIDADE E DOCUMENTAÇÃO PESSOAL.

ANADEP

#ANADEPnaMÍDIA

Lançamento da Campanha Nacional "Defensoras e Defensores Públicos pelo direito à documentação pessoal" e destaque na Rádio Justiça.



ONDE EXISTEM PESSOAS, NÓS ENXERGAMOS *vidéologos.*

DEFENSORIA E DEFENSORES PÚBLICOS PELA DIGNIDADE E DOCUMENTAÇÃO PESSOAL.

ANADEP



Brasil tem déficit de seis mil defensores públicos, diz estudo

Hoje, existem 5.900 profissionais especializados em atender populações vulneráveis. São Paulo e Bahia são os estados que registram maior gargalo

SÃO PAULO | Fabiana Peres, de R7 | 15/04/2018 - 09:00

COMPARTILHAR TWITTER

125



RÁDIO JUSTIÇA

NOTÍCIAS A VOZ DO BRASIL ESPECIAIS SÊSSÕES DO STF PROGRAMAÇÃO

ÚLTIMAS NOTÍCIAS ENTREVISTAS

Notícias / Últimas Notícias

Notícias

24/04/2017 - 16:54

Antonio José Maffezzoli Leite, presidente da ANADEP, fala sobre Dia Nacional da Defensoria Pública e a importância do trabalho feito pelos defensores.

Ouçá Aqui Download

Notícias / Últimas Notícias

Notícias

27/07/2017 - 10h07

Especial

Defensorias atendem população de baixa renda e pessoas em situação de vulnerabilidade social

Cynthia Ribeiro

Ouçá Aqui Download

RÁDIO JUSTIÇA

NOTÍCIAS A VOZ DO BRASIL ESPECIAIS SÊSSÕES DO STF PROGRAMAÇÃO

ÚLTIMAS NOTÍCIAS ENTREVISTAS

Notícias / Últimas Notícias

Notícias

11/06/2018 - 17:02

ANADEP cria Comissão Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Quem explica é Renato Arns, Defensor Público em Betim (MG).

Ouçá Aqui Download

03/10/2018 - 12h08

ANADEP promove seminário 30 anos da Constituição Federal de 88 - Defensoria Pública: evolução na promoção da dignidade humana. Sobre o seminário entrevistamos Thaisa Oliveira vice presidente da ANADEP

0:03 / 7:52

BAHIA

Mutirão da Defensoria Pública acontece no Largo do Tanque, em Salvador



Os defensores Florianópolis vai receber o 13º Congresso Nacional de Defensores Públicos entre 15 e 17 de novembro. Defensores públicos, juristas, estudantes e representantes da sociedade civil de todo o país vão se reunir no Costão do Santinho para debater o tema "Defensoria Pública: em defesa das pessoas em situação de vulnerabilidade".

ANTONIO MAFFEZZOLI

Em defesa do afeto (04/05/17)



#ANADEPnaMídia: Rádio Justiça destaca trabalho da Defensoria para as pessoas com deficiência

Foto: ASCOM/ANADEP



O defensor público de Minas Gerais Luis Renato Pereira, que também é coordenador adjunto da Comissão Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência da ANADEP, concedeu entrevista ao jornal da Justiça. O programa foi ao ar, no dia 19 deste mês, pela Rádio Justiça do Superior Tribunal Federal (STF). Na ocasião, o defensor falou sobre o Dia de Luta pela Defesa da Pessoa com Deficiência e da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência.

Acordo do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que reforça a atuação da Defensoria na garantia dos direitos de todos, o defensor público Luis Renato destacou o que todo país as pessoas com deficiência devem resguardadas de fato e levar os seus direitos resguardados. "Eu acho que a gente deveria ter esse primeiro momento ter um trabalho de conscientização de toda a sociedade, de toda comunidade, e respeito das leis que as pessoas com deficiência sofrem no seu dia a dia, para conseguirem ser respeitadas e exercer os direitos de forma igualitária como as outras pessoas. A gente tem que pensar no princípio da igualdade".

Sobre o dia

21 de setembro marca o Dia de Luta pelos Direitos da Pessoa com Deficiência, que visa à conscientização da população. Esse dia foi criado desde 2005, através do decreto de lei, 11.133. O objetivo é que as pessoas consigam se desenvolver nos vários campos como saúde, educação, proporcionar uma inclusão dessas pessoas no mercado de trabalho, escolas, no acesso à cultura, entre outros. "A intenção é trazer para a comunidade todo esse movimento dos direitos das pessoas com deficiência e evidenciar a necessidade da implementação de políticas públicas", finalizou Luis.

Clique aqui e confira a entrevista na íntegra



g+ Saiba quando é possível mudar de nome

Defensoria Pública explica em que casos é permitida a alteração e como proceder

Tarde Nacional - Aracaju
18:45 em 15/09/2017 - 18:45

O Tarde Nacional desta quinta-feira (20) falou sobre as situações nas quais é possível a mudança de nome no Registro Civil. A entrevistada foi a Defensora Pública no Rio de Janeiro e Subcoordenadora da Comissão da Infância e Juventude da Associação Nacional dos Defensores Públicos Elisa Cruz.

Ocupa a íntegra de entrevista no player acima.



#ANADepnaMÍDIA
TV Justiça veicula vídeo da Campanha Nacional 2018.

TV JUSTIÇA

ONDE EXISTEM PESSOAS, NÓS ENXERGAMOS *adidas*

DEFENSORIA PÚBLICA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

gazetaweb.com/NOTÍCIAS

POLÍTICA • POLÍCIA • MACEDO • INTERIOR • BRASIL • MUNDO • ECONOMIA • GERAL • CIÊNCIA SAÚDE • CONCURSO EDUCAÇÃO • JUSTIÇA

vivo EMPRESAS
A solução ideal para a sua empresa ter mais velocidade.

50 MEGA
de Banda Larga

OFERTA ESPECIAL DO SITE

DE R\$ 64,99 POR MÊS R\$ 84,99 /mês

Assine já

Pesquisa aponta Defensoria como a instituição mais importante do país

Por Gazetaweb | com assessoria | 15/09/2017 09:27 - Atualizada às 15/09/2017 10:28

ANTONIO LARIOS VIZANTES FOMENTOU TRABALHO DA DEFENSORIA PÚBLICA

PAINEL ACADÊMICO

UOL

ANADep recebe homenagem para incluir Defensores Mulheres em sua sigla

ANADep recebe homenagem para incluir Defensores Mulheres em sua sigla

ANADep recebe homenagem para incluir Defensores Mulheres em sua sigla

#ANADepnaMÍDIA

Video da Campanha Nacional "Defensores e Defensoras Públicas pelo direito à documentação pessoal" e veiculado na TV Câmara.

TV CAMARA

ONDE EXISTEM PESSOAS, NÓS ENXERGAMOS *adidas*

DEFENSORIA PÚBLICA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Carência de defensores públicos no Brasil é tema do Tarde Nacional

Carência de defensores públicos no Brasil é tema do Tarde Nacional

Carência de defensores públicos no Brasil é tema do Tarde Nacional

Rádio Nacional da Amazônia

Rádio Nacional da Amazônia

Rádio Nacional da Amazônia

Participação dos programas

Participação dos programas

Participação dos programas

ANADep

ANADep

ANADep

EBC na Rede

2 de maio às 09:30 - 40'

Com cinco episódios de 25 minutos, a série revela o trabalho dos defensores públicos federais e estaduais em processos jurídicos sobre desigualdades. Confira a estreia hoje, às 21h45, na TV Brasil

Foto Divulgação

TV Brasil estreia série documental sobre atuação dos defensores públicos

Produção destaca trabalho dos agentes em situações de desespero aos direitos humanos

EBC.com.br

Enúncio recebe defensores públicos e pede participação nos debates sobre segurança

Enúncio recebe defensores públicos e pede participação nos debates sobre segurança

Enúncio recebe defensores públicos e pede participação nos debates sobre segurança

Sessão destaca papel da Defensoria Pública no acesso universal à Justiça

Sessão destaca papel da Defensoria Pública no acesso universal à Justiça

Sessão destaca papel da Defensoria Pública no acesso universal à Justiça

Supremo Tribunal Federal

Supremo Tribunal Federal

Supremo Tribunal Federal

Família Alívio Alafia da Fundação do MS veicula vídeo da Campanha Nacional dos Defensores Públicos

Família Alívio Alafia da Fundação do MS veicula vídeo da Campanha Nacional dos Defensores Públicos

Família Alívio Alafia da Fundação do MS veicula vídeo da Campanha Nacional dos Defensores Públicos

Vistoria da DPE-TO detecta falta de oxímetro e material de higienização no setor de UTI do HGP

15/09/2017 - 14:21 Por: Dália Azeiteiro

Twitter Compartilhar Curtir

VIVO FIBRA É GIGA

VIVO FIBRA É GIGA

VIVO FIBRA É GIGA

O setor de UTI – Unidade de Terapia Intensiva concentra alguns dos problemas mais graves detectados na vistoria feita pela DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins no Hospital Geral de Palmas, na manhã desta quinta-feira, 3. A iniciativa faz parte de uma ação conjunta da Comissão Temática de Saúde da Anadep – Associação Nacional dos Defensores Públicos realizada em outros oito Estados (AM, MG, RJ, PA, PE, RN, BA, MT) em razão do Dia Nacional da Saúde, celebrado no próximo sábado, dia 5.

O presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), Antonio José Marizotti Latorraca, afirma que as situações são avulsas e marcadas para os defensores. Segundo ele, 21 dos 26 defensores não eram titulares e faltava, entre os verbais, "tipo sigla" importantes para o funcionamento dos órgãos, no município dos estados.

"Entendemos que é muito importante aquelas designações fora da cidade onde o defensor público está lotado. Não temos essa realidade hoje em Brasília, nem todos os estados têm representantes atuais perante os tribunais superiores das ações que são dos defensores nos estados. Essa atuação é extremamente importante na qualificação e efetivação da defesa para os possíveis cidadãos. Essa atuação dos defensores aqui também pagando algum auxílio em forma de gratificação e remuneração que não paga nada", disse.



Notícias

Carência de defensores públicos no Brasil é tema do Tarde Nacional

f G+



anadep.org.br

Setor Bancário Sul Quadra 02 Lote 10 Bloco J Ed. Carlton Tower Sobrelojas 1 e 2 Asa Sul
CEP: 70.070-120 Brasília/DF Brasil
Tel: +55 61 3963.1747 Fax: +55 61 3039.1763



ANADEP

Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos